

Olhares oposicionistas sobre a Revolução Federalista e suas sequelas

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

119



Reflexões oposicionistas sobre a Revolução Federalista e suas sequelas





CONSELHO EDITORIAL/CIENTÍFICO

Alvaro Santos Simões Junior

- Universidade Estadual Paulista – Assis -

António Ventura

- Universidade de Lisboa -

Beatriz Weigert

- Universidade de Évora -

Carlos Alexandre Baumgarten

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul -

Ernesto Rodrigues

- CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco Gonzalo Fernandez Suarez

- Universidade de Santiago de Compostela -

Francisco Topa

- Universidade do Porto -

Isabel Lousada

- Universidade Nova de Lisboa -

João Relvão Caetano

- Cátedra CIPSH de Estudos Globais (CEG) -

José Eduardo Franco

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Maria Aparecida Ribeiro

- Universidade de Coimbra -

Maria Eunice Moreira

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul –

Maria Cristina Firmino Santos

- Universidade de Évora -

Vania Pinheiro Chaves

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco das Neves Alves

Reflexões oposicionistas sobre a Revolução Federalista e suas sequelas



Cátedra CIPSH
de Estudos Globais
2020-2025



Biblioteca Rio-Grandense

Lisboa / Rio Grande
2026

DIRETORIA DA CÁTEDRA DE ESTUDOS GLOBAIS DA UNIVERSIDADE ABERTA/CIPSH/UNESCO

DIREÇÃO:

José Eduardo Franco (Coord)
Carla Oliveira
Cécile Méadel
Fabrice d'Almeida
João Luís Cardoso
José Ignacio Ruiz Rodríguez
Valérie Dévillard
Pierre-Antoine Fabre

COMISSÃO PEDAGÓGICA:

João Relvão Caetano (Coord.)
Darlinda Moreira
Jeffrey Scoot Childs
Rosa Sequeira
Sandra Caeiro

ASSESSORIA EXECUTIVA:

Cristiana Lucas (Coord.)
José Bernardino
Milene Alves
Paula Carreira
Susana Alves-Jesus

DIRETORIA DA BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE

Presidente: Francisco das Neves Alves

Vice-Presidente: Pedro Alberto Távora Brasil

Diretor de Acervo: Ronaldo Oliveira Gerundo

1º Secretário: Luiz Henrique Torres

2º Secretário: Marcelo França de Oliveira

1º Tesoureiro: Valdir Barroco

2º Tesoureiro: Mauro Nicola Póvoas

Ficha Técnica

- Título: Reflexões oposicionistas sobre a Revolução Federalista e suas sequelas
- Autor: Francisco das Neves Alves
- Coleção Rio-Grandense, 119
- Composição & Paginação: Marcelo França de Oliveira
- Cátedra de Estudos Globais da Universidade Aberta/CIPSH/UNESCO
- Biblioteca Rio-Grandense
- Lisboa / Rio Grande, Fevereiro de 2026

ISBN – 978-65-5306-075-3

CAPA: BISTURI. Rio Grande, 12 mar. 1893

O autor:

Francisco das Neves Alves é Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018), à Cátedra Infante Dom Henrique/Portugal (2019), à UNESP (2020) e à Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII (2021). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de trezentos livros.

SUMÁRIO

Thadio Alves de Amorim e a preparação e eclosão da Revolução Federalista: representações imagéticas / 11

Revolução Federalista e historiografia: uma abordagem inicial / 43

A sociedade gaúcha na óptica de um rebelde: breve estudo de caso / 63

Wenceslau Escobar e a oposição ao borgismo (1906-1923) / 83

Thadio Alves de Amorim e a preparação e eclosão da Revolução Federalista: representações imagéticas

No Rio Grande do Sul um dos mais destacados militantes da arte caricatural e litográfica foi o riograndino Thadio Alves de Amorim (1856-1920). Ele teria feito aulas de desenho com o artista e fotógrafo francês Edouard Timoleon Zalony, que por significativo tempo trabalhou na cidade do Rio Grande. Esteve presente em praticamente todos os semanários vinculados à imprensa caricata na cidade do Rio Grande, atuando como colaborador em *O Amolador* e funcionário de *O Diabrete* e do *Maruí*, passando depois à direção como proprietário do mesmo periódico, além de ter fundado e dirigido o *Bisturi*, ponto mais alto de sua carreira¹. Ainda moveu mais dois projetos editoriais do jornalismo caricato, com *A Semana Ilustrada* e *O Rio Grande Ilustrado*. Assim, de seus sessenta e quatro anos de vida, dedicou mais de quatro décadas à arte caricatural e litográfica.

Desde suas primeiras experiências, Thadio Amorim atuou com mais firmeza no campo da caricatura, imprimindo a suas charges um sabor ácido e

¹ FERREIRA, Athos Damasceno. *Artes plásticas no Rio Grande do Sul (1755-1900)*. Porto Alegre: Globo, 1971. p. 333.

quente. Ele ofereceu desenhos mais cheios e acabados, o que lhes infundia maior vigor e densidade, tornando-se indisfarçável a veia cômica. A partir de seus dotes, confortou seu nome e bastante contribuiu para alentar mais ainda a popularidade de *O Diabrete*. Esteve presente no registro dos eventos políticos de mais relevância, como nas instantâneas anotações dos fatos corriqueiros da vida local, de modo que frequentemente conseguia efeitos felizes, valorizando os ditos picantes e quase sempre reles da lavra dos redatores do periódico e também de sua autoria. Já nos anos 1880, Thadio adquiriria estilo próprio e acabaria fazendo rumor na cidade portuária².

Desde a sua ação no *Maruí*, fez-se, além de ilustrador, também jornalista, e, diante dos compromissos que assumiu, todos numerosos e pesados, obrigou-se ao estudo assíduo e ao esforço continuado em sua arte, resultando disso sensível progresso em seus conhecimentos e não menos sensível valorização de seus meios de expressão. Nesse quadro, a cada dia, seu lápis se tornava mais ágil e seu traço ganhava maior autonomia. Ainda que tenha recebido influências de chargistas como Ângelo Agostini, Bordalo Pinheiro, entre outros, notadamente do primeiro, seu estilo se definiu e revelou qualidades bastante estimáveis. Desse modo, das transposições a que várias vezes se limitou, no início da carreira, passou a uma feliz invenção pessoal, vindo a obter compensadores efeitos³.

² FERREIRA, Athos Damasceno. *Imprensa caricata do Rio Grande do Sul no século XIX*. Porto Alegre: Globo, 1962. p. 159 e 166.

³ FERREIRA, 1971, p. 344-345.

REFLEXÕES OPOSICIONISTAS SOBRE A REVOLUÇÃO FEDERALISTA E SUAS SEQUELAS

A partir da transição da direção do *Maruí* para as mãos de Thadio Amorim, com seu temperamento irrequieto, o hebdomadário entrava em nova fase, então sim perfeitamente dentro dos moldes que já eram familiares ao diretor recente, cujo proveitoso aprendizado em *O Diabrete* havia disposto e encaminhado para um gênero de imprensa de que não mais se afastaria dali por diante. No que tange às inocentes colunas do periódico, em geral alimentadas à base das piadas leves e da literatura sedativa dos versos de amor, sucederam pouco a pouco contundentes artigos de crítica política e social a que davam relevo, na obra litográfica, os mordazes desenhos que os completavam. Também promoveu reformas administrativas na gestão do semanário, dando-lhe melhores condições de sobrevivência. Tal circunstância assegurava a Amorim maior desembaraço nos movimentos, de vez que, escorado nas reservas e disponibilidades de uma gerência bem nutrida, podia aventurar-se em campanhas perigosas – coisa que, sem independência financeira, embora relativa, jamais lhe passaria de esquiva e inviável pretensão⁴.

Depois do *Maruí* e da breve experiência com *A Semana Ilustrada*, Thadio Amorim inaugurou o *Bisturi*, que constituiu indubitavelmente o melhor semanário de quantos ilustrou, vindo a se exibir em tal periódico de corpo inteiro, ou seja, o desenhista iniciante do *Amolador* e do *Diabrete*, ou mesmo o calunguista hesitante do *Maruí* davam lugar a um chargista de pulso bastante seguro, que sabia o que queria, vindo a poder explorar sua especialidade com um rendimento perfeitamente

⁴ FERREIRA, 1962, p. 178-179.

satisfatório. Sua longa atuação ficou marcada pelo talento e pela verve e sua copiosa produção no *Bisturi* veio a confirmar suas qualidades inegáveis⁵. Com o *Bisturi*, Thadio atuou inspirado na *comédia prática dos mútuos deveres da família social*, sem abrir mão do direito, por ele tido como indeclinável, de corrigir os erros e castigar os vícios da população. O *Bisturi* despertou interesse e firmou-se com entono na cidade, onde, malgrado as prevenções e malquerenças, ganhou expressiva popularidade. Na sua linha editorial, as páginas de literatura neutra continuavam a ocupar boa porção do semanário, mas o assunto político sobrelevava os demais e acabaria sendo a nota sempre ferida, quer pelo diretor da folha, quer por seus auxiliares⁶.

Ao chegar à idade da reflexão, Thadio Amorim não mais se contentava com uma simples folha ilustrada, destinada apenas ao gosto fácil de mocinhas desocupadas, à curiosidade miúda dos bisbilhoteiros e à assanhada fome dos papadores de escândalos domésticos. Nesse sentido, concebeu e pôs em prática um projeto de maior envergadura, buscando até mesmo em parte imprimir ao periódico que dirigia a feição das folhas diárias, ao lado das quais se perfilou, certo de que com elas ombrearia no trato e avaliação das altas questões que afetavam e agitavam a nação. A partir de tais propósitos, embora não desprezasse inteiramente a rendosa matéria dos *casos pessoais* e dos mexericos mundanos, que outrora lhe haviam aberto caminho, passava a atuar como político militante, de cuja pena e de cujo lápis também haveriam de escorrer as adequadas

⁵ FERREIRA, 1971, p. 335.

⁶ FERREIRA, 1962, p. 187-189.

REFLEXÕES OPOSICIONISTAS SOBRE A REVOLUÇÃO FEDERALISTA E SUAS SEQUELAS

soluções para os intrincados problemas da nacionalidade. Amorim tinha um espírito revel, um caráter sujeito a oscilações constantes, e, como inconformado, esteve sempre em desacordo com a ordem – ou a desordem – vigorante e, portanto, em permanente atrito não só com aqueles que representavam essa ordem, como ainda com o meio, a que estendia seus ásperos reparos⁷.

Durante sua longa carreira, Thadio Alves de Amorim teve etapas de significativo progresso em seus empreendimentos, mas, por outro lado, também enfrentou diversos reveses, a maior parte deles vinculada às perseguições que sofreu. Seu olhar crítico e seus posicionamentos político-ideológicos trouxeram-lhe pesada coerção sobre suas atividades como jornalista, caricaturista e litógrafo, passando por constante fiscalização policial e das autoridades públicas, além de ter chegado a sofrer um atentado com arma de fogo e vindo a ser aprisionado, para responder quanto a suas convicções de oposição e resistência ao autoritarismo governamental que dominou o Brasil e o Rio Grande do Sul nos primeiros tempos da República. Lançando mão da arte caricatural, Amorim manteve, durante toda a sua existência, a si mesmo e a sua família, por meio da atuação como funcionário de edições ilustradas, da venda de assinaturas e números avulsos dos periódicos que editou ou ainda da prestação de serviços litográficos e tipográficos. Esse conjunto de atividades rendeu-lhe o papel de um dos mais importantes caricaturistas sul-rio-

⁷ FERREIRA, 1962, p. 190.

grandenses⁸ e este estudo observa as impressões imagéticas por ele expressas acerca da época de preparação e eclosão da Revolução Federalista.

Nas páginas do *Bisturi*, Thadio Amorim observou por meio da arte caricatural a caminhada que levou à deflagração da guerra civil. Sua postura de oposição aos governos autoritários tornou-se cada vez mais acirrada, vindo a colocar-se na resistência ao autoritarismo notadamente contra o castilhismo no Rio Grande do Sul. Em outubro de 1892, ele já vislumbrava a chegada da revolução, representando-a pela tradicional figura feminina, normalmente associada à liberdade, à democracia, à república e à própria revolução⁹. De machado ao ombro, pronto para o enfrentamento bélico, ela atravessava as coxilhas sul-rio-grandenses. No mesmo conjunto caricatural, mostrava os castilhistas apavorados, escondendo-se por todos os cantos de uma casa. O grupo governista era ainda representado por um conjunto de asnos – símbolos da ganância e emblemas da obscuridade e até mesmo das tendências satânicas, indicando ainda a busca de seduções materiais¹⁰, que também se entregavam ao medo. A violência policial já era denunciada, com a presença das forças governistas levando a repressão ao interior da cidade do Rio Grande,

⁸ Contextualização realizada a partir de: ALVES, Francisco das Neves. *A arte caricatural e litográfica no sul do Brasil: três olhares sobre a carreira de Thadio Alves de Amorim*. Lisboa; Rio Grande: CLEPUL; Biblioteca Rio-Grandense, 2022. p. 11-16.

⁹ BURKE, Peter. *Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica*. São Paulo: Editora da UNESP, 2017. p. 96.

¹⁰ CHEVALIER, Jean & GHEERBRANT Alain. *Dicionário de símbolos*. 5.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991. p. 93-94.

REFLEXÕES OPOSIÇÃOISTAS SOBRE A REVOLUÇÃO
FEDERALISTA E SUAS SEQUELAS

resultando em um homem com a cabeça decepada na ponta da lança de um policial¹¹.



¹¹ BISTURI. Rio Grande, 23 out. 1892.

FRANCISCO DAS NEVES ALVES



Segundo murmurasse por ahi, está prestes a rebentar nova revolução! Os "Cas-ti-lhias" apoderarão-se de horrível panico!... O grito de Vingança!... o faz tremer Horrorífados!....



REFLEXÕES OPOSIÇÃOISTAS SOBRE A REVOLUÇÃO FEDERALISTA E SUAS SEQUELAS

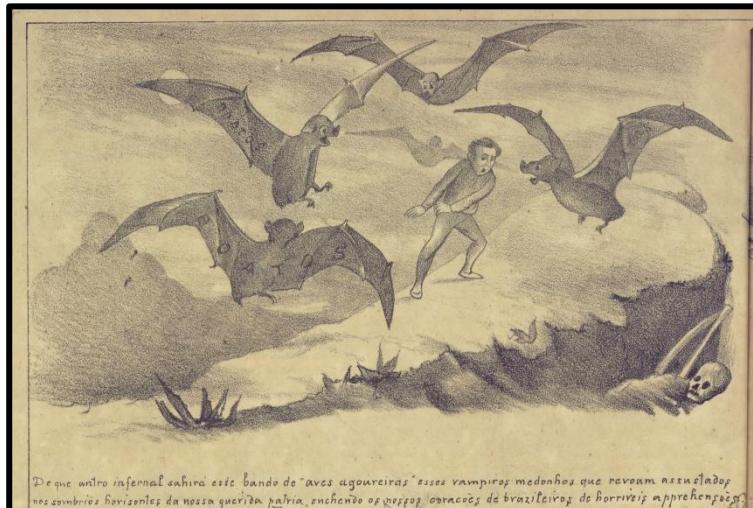


O bobo da corte, tradicional representação dos periódicos caricatos, que é aquele que diz em tom duro as coisas agradáveis e em tom jocoso as terríveis¹² aparecia cercado de morcegos, que trazem consigo o sentido do animal impuro e um símbolo do pavor e do ser definitivamente immobilizado em uma fase de sua evolução ascendente, significando ainda algo de sombrio e de pesado¹³. Tal animal foi utilizado recorrentemente pela arte caricatural para representar os males que afetavam a sociedade e, no caso, tinham por significado os boatos que se espalhavam pelo país, e eram descritos como “vampiros medonhos”, deixando “os corações brasileiros” carregados de “horríveis apreensões”. A

¹² CIRLOT, Juan-Eduardo. *Dicionário de símbolos*. São Paulo: Editora Moraes, 1984. p. 120.

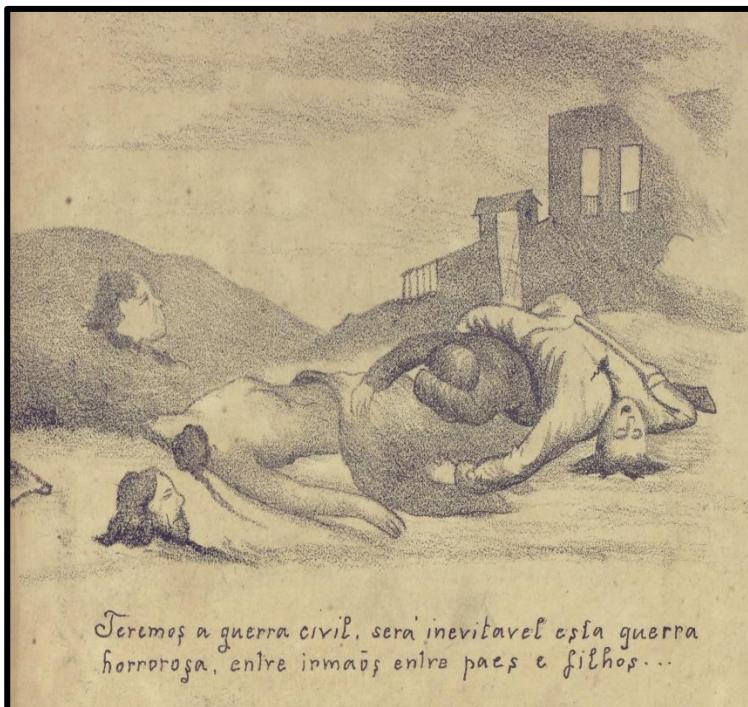
¹³ CHEVALIER & GHEERBRANT, 1991. p. 620-621.

chegada da guerra civil era demarcada também por um quadro de destruição, com a presença de vários corpos espalhados pelo chão. Além disso, mostrando figuras sinistras, a folha anuncia o confrontamento bélico como resultado da “infâmia por vingar”¹⁴.



¹⁴ BISTURI. Rio Grande, 6 nov. 1892.

REFLEXÕES OPOSICIONISTAS SOBRE A REVOLUÇÃO
FEDERALISTA E SUAS SEQUELAS



*Teremos a guerra civil, sera inevitavel essa guerra
horrorosa, entre irmãos entre pais e filhos...*



Logo no início de 1893, o semanário mostrava uma cena na qual o líder federalista, Gaspar Silveira Martins, representando por um leão, afugentava os castilhistas, que fugiam espavoridos frente ao arreganhar de dentes e rugidos do político oposicionista¹⁵. Ao apresentar o chefe político

¹⁵ BISTURI. Rio Grande, 1º jan. 1893.

REFLEXÕES OPOSICIONISTAS SOBRE A REVOLUÇÃO FEDERALISTA E SUAS SEQUELAS

anticastilhista como um leão, o periódico pretendia destacar o caráter positivo de tal símbolo, fazendo prevalecer a figura do rei dos animais, aparecendo como a própria encarnação do poder, da sabedoria e da justiça¹⁶. As associações com o conceito da realeza, levando em conta o poder, a majestade e o domínio sobre os outros elevaram o *status* do leão a símbolo, além do que ele foi equiparado ao princípio solar, identificado com a iluminação da consciência¹⁷.



Os castilhiflas andam assustadiscendo a entrado do temivel leão, que já comeca a arreganhar os deniles e a soltar ruzzidos.....

A violência de parte do governo castilhista também era alvo das denúncias de Thadio Amorim, ao mostrar um grupo de capangas castilhistas levando à

¹⁶ CHEVALIER & GHEERBRANT, 1991, p. 538-539.

¹⁷ HUTTON, Kathryn. Leão. In: ELIADE, Mircea & COULIANO, Idan Petru (orgs). *Dicionário de símbolos*. Petrópolis: Vozes, 2024, p. 296.

destruição do Estado, ao enterrar a constituição, as garantias e a liberdade de imprensa¹⁸. A luta entre federalistas e castilhistas foi apresentada pelo hebdomadário por meio de uma alegoria, na qual o litógrafo lançava mão da figura do navio, tradicional representação utilizada pela caricatura para designar a nau do Estado, que deveria dar a ideia de segurança em uma travessia difícil, mas que, sob o viés da ironia e do sarcasmo caricatural, apresentavam o significado das dificuldades enfrentadas pelos homens que comandavam tal Estado. O comandante do barco é o próprio chefe do republicanismo gaúcho, Júlio de Castilhos, que contava com uma tripulação de patos, termo pejorativo utilizado pelo semanário para desqualificar os castilhistas, relacionando-os a um indivíduo tolo, pacóvio e idiota. A ilustração mostrava Castilhos tendo problemas com a tempestade, demarcando uma manifestação da cólera divina e, às vezes, um castigo¹⁹. Ele não conseguia, entretanto, vencer os dois perigos essenciais de navegar, ou seja, a destruição, com o triunfo do oceano, ou o retrocesso, associado à regressão e ao estancamento. Ao não conseguir controlar o navio, “errando a manobra”, o mandatário do castilhismo perdia a segurança e o rumo definido, indo de encontro aos rochedos, os quais dão a ideia de permanência, solidez e solidariedade²⁰, conforme a força que o periódico identificava nos líderes revolucionários, cujas feições apareciam identificadas nas montanhas. Ao largo, o indígena – tradicional

¹⁸ BISTURI. Rio Grande, 19 fev. 1893.

¹⁹ CHEVALIER & GHEERBRANT, 1991, p. 632 e 874.

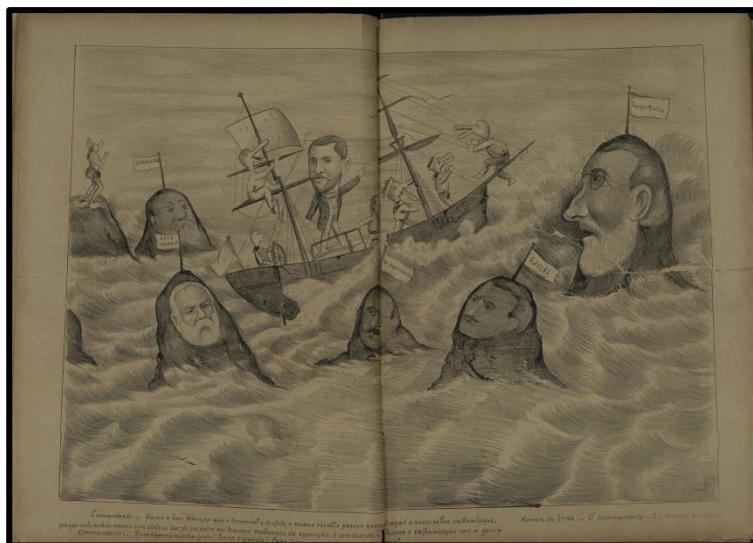
²⁰ CIRLOT, 1984, p. 403, 500 e 571.

REFLEXÕES OPOSIÇÃOISTAS SOBRE A REVOLUÇÃO FEDERALISTA E SUAS SEQUELAS

representação do povo brasileiro – observava a cena estupefato²¹.



²¹ BISTURI. Rio Grande, 12 mar. 1893.



O temor que tomava conta da sociedade sul-rio-grandense foi apresentado pelo caricaturista a partir de um quadro alarmante de destruição, morte e repressão. De acordo com seus princípios liberais, ele não conseguia aceitar aquilo que considerava como a extinção dos direitos individuais, defendendo-os ardorosamente, mormente no que tange à liberdade de imprensa. Acusava a situação reinante de estar praticando uma tirania que solapava as garantias de um povo que deveria ser livre e buscava destruir os adversários. Nessa linha, o periódico dirigido por Amorim trouxe uma ilustração de teor tétrico, com uma série de esqueletos colocados dentro de caixões, com a causa da morte demarcada em tabuletas, que diziam tratar-se de assassinatos de indivíduos por serem da oposição, federalistas e por publicarem artigos contra o

REFLEXÕES OPOSIÇÃOISTAS SOBRE A REVOLUÇÃO FEDERALISTA E SUAS SEQUELAS

governo. O esqueleto é a personificação da morte, o símbolo negro da putrefação e da decomposição, mas não representa uma morte estática, um estado definitivo, e sim uma finitude dinâmica, ou melhor, anunciadora e instrumento de uma novidade. Tal figura indica também a iminência de um acontecimento que transformará a vida, quebrando uma certa rotina, cujo desaparecimento o sujeito pressente com angústia, por não saber ainda o que irá acontecer²². Nesse sentido, o semanário não só denunciava as perseguições e crimes de natureza política, como revelava a sua esperança de que a demonstração de tais atos tirânicos serviriam para despertar uma consciência de libertação em meio à comunidade gaúcha, no que tange ao predomínio castilhista²³.

²² CHEVALIER & GHEERBRANT, 1991, p. 401.

²³ BISTURI. Rio Grande, 19 mar. 1893.



Terminará o espetáculo com o sylphotrama no qual apresentará quadros de muito efeito e de muita actualidade.

Em mais um conjunto caricatural, Thadio apresentava um quadro que destacava a incompetência das autoridades públicas castilhistas, com a proliferação de ladrões pela cidade, sem que a força policial tomasse as devidas providências. Quanto à guerra civil, elogiava as ações das tropas federalistas, que desgastavam as

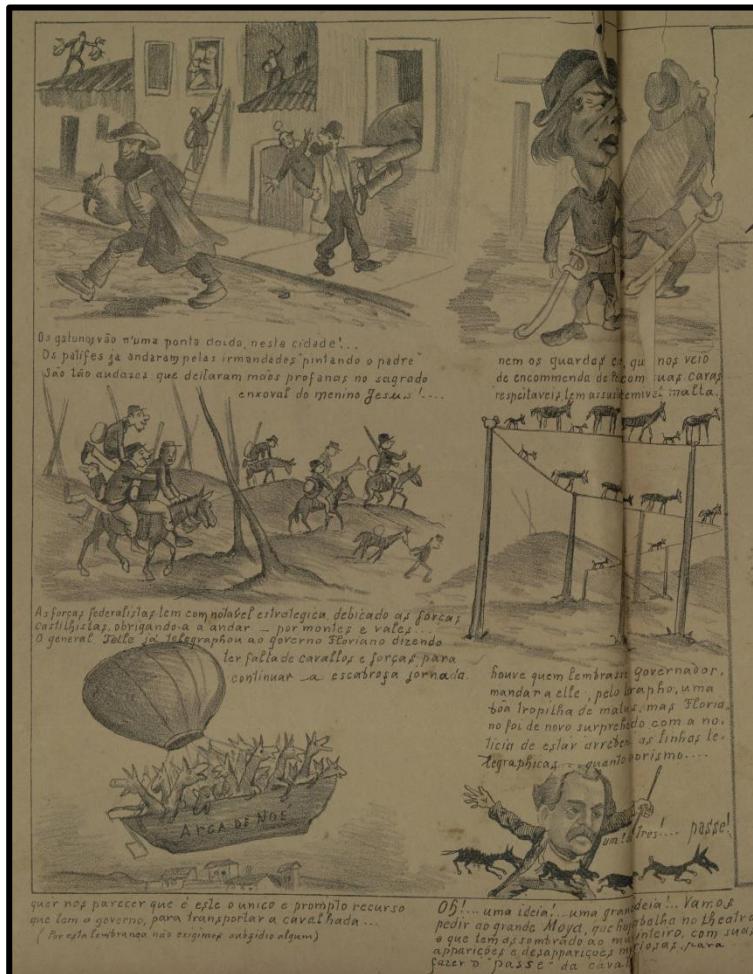
REFLEXÕES OPOSIÇÃOISTAS SOBRE A REVOLUÇÃO FEDERALISTA E SUAS SEQUELAS

forças castilhistas, as quais não conseguiam tomar medidas reativas. A falta de contingente humano e, mormente, de montaria apareciam como dificuldades do exército governista, diante do que o caricaturista ironizava, sugerindo formas estapafúrdias para a obtenção de cavalaria, como o uso do telégrafo, pelo qual os cavalos se deslocariam por meio dos fios, através de um balão, no qual os equinos seriam transportados como em uma Arca de Noé voadora e, ainda mais absurdo, por intermédio de um prestidigitador, que poderia fazer os cavalos aparecerem e desaparecerem em um passe de mágica²⁴. Os enfrentamentos bélicos que se avolumavam no contexto sul-rio-grandense acabavam por também trazer efeitos nos convívios cotidianos citadinos, como demonstrou o *Bisturi*, ao trazer ilustração que demonstrava a presença de pessoas insatisfeitas com os governistas, pichando as paredes com protestos, tratando jocosamente a questão, ao imaginar que as pichações poderiam estender-se e até mesmo atingir algum oficial defensor do castilhismo²⁵.

²⁴ BISTURI. Rio Grande, 26 mar. 1893.

²⁵ BISTURI. Rio Grande, 23 abr. 1893.

FRANCISCO DAS NEVES ALVES



REFLEXÕES OPOSIÇÃOISTAS SOBRE A REVOLUÇÃO
FEDERALISTA E SUAS SEQUELAS



com a se não bastasse tanta porcaria,
os pintores nocturnos, barram a piche
as paredes de respeitáveis no-
tabilidades
políticas

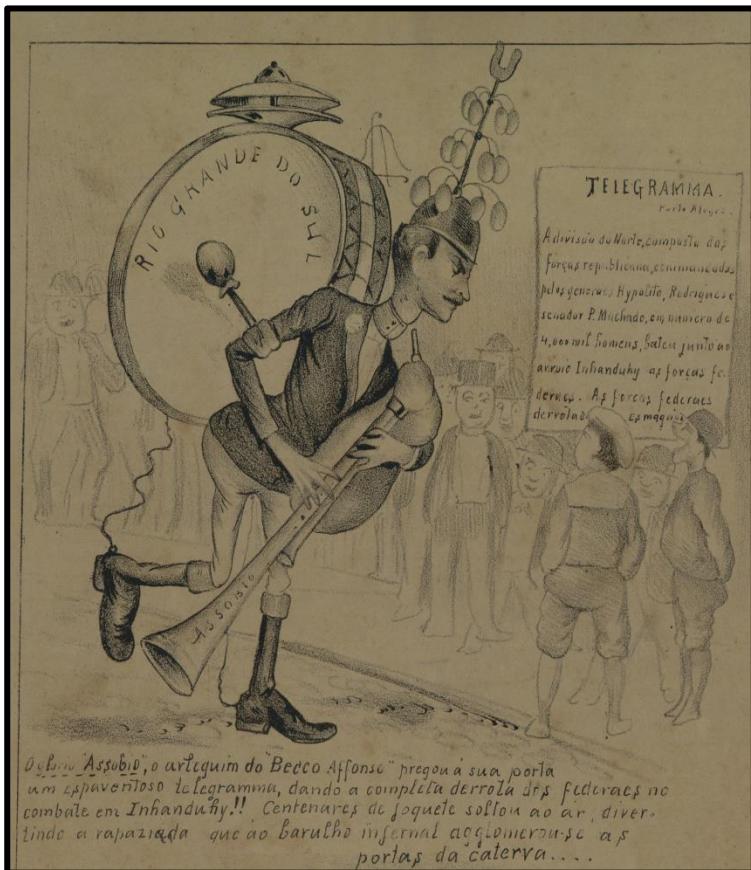


A guerra dava-se também por meio dos pronunciamentos expressos pela imprensa, com as páginas impressas servindo como verdadeiras armas de combate. Nesse contexto, os periódicos governistas e oposicionistas se digladiavam por meio da palavra e, nesse sentido, Thadio Amorim expressou profundas

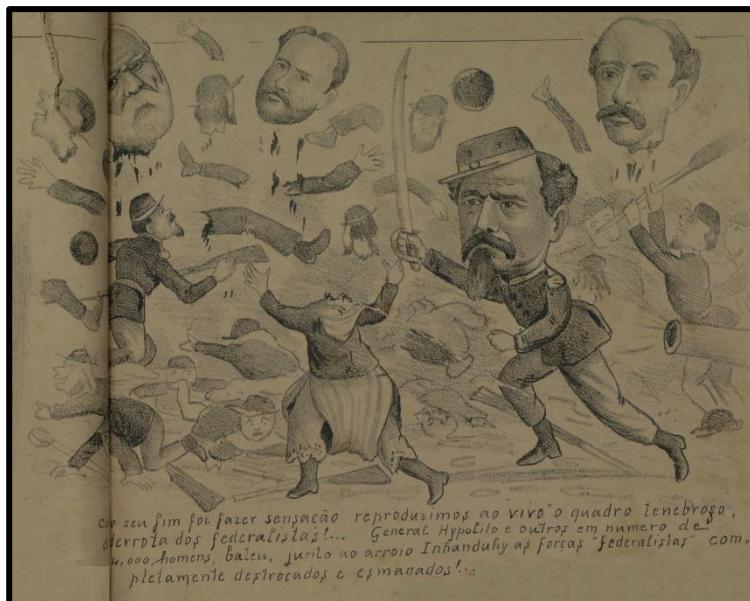
REFLEXÕES OPOSIÇÃOISTAS SOBRE A REVOLUÇÃO FEDERALISTA E SUAS SEQUELAS

críticas à publicação castilhista rio-grandina, o diário *Rio Grande do Sul*, que era menosprezado em seu alcance por parte do *Bisturi*, que lhe chamava de *O Assobio*, ou seja, de efeito fugaz e de pequena repercussão. Em uma caricatura, o semanário mostrava o jornal governista como um homem-banda, que divulgava um telegrama para a população citadina, alardeando, supostamente e sem um fundo de verdade, mais uma vitória do castilhismo nos campos de batalha. Levando em conta um dos elementos constitutivos que marcou a guerra civil iniciada em 1893, com a prática de degola, o hebdomadário ironizava a ação das tropas castilhistas que era divulgada pelas publicações a elas aliadas, segundo as quais haveria apenas vitórias dos contingentes governistas e consequentes derrotas acachapantes dos soldados federalistas, que teriam ficado “completamente destroçados e esmagados”. Ao final do conjunto de caricaturas, o semanário trazia o jornalista do *Rio Grande do Sul* escondendo a face com um penico, sendo alvo de pedradas, jogadas pela população, tendo em vista a “origem duvidosa” do telegrama que fora divulgado²⁶.

²⁶ BISTURI. Rio Grande, 30 abr. 1893.



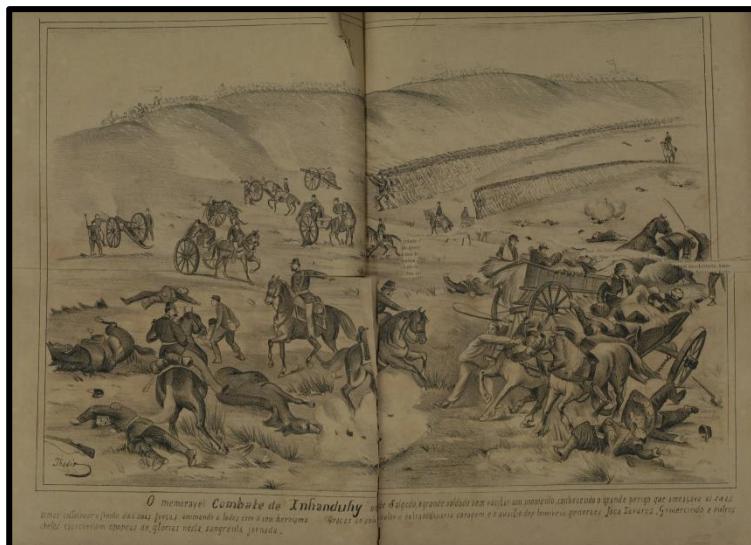
REFLEXÕES OPOSIÇÃOISTAS SOBRE A REVOLUÇÃO FEDERALISTA E SUAS SEQUELAS



Mais tarde, ainda a respeito da batalha que a imprensa castilhista teria divulgado falsamente como uma vitória dos governistas, o próprio *Bisturi* traria a sua versão sobre o episódio bélico, apresentando uma cena de batalha, retratando o “memorável combate”, por parte de liderança federalista, cuja ação era caracterizada como carregada de “heroísmo” e de “extraordinária coragem”, dizendo ainda que o mesmo militar fora auxiliado por “temíveis generais” revolucionários que, em seu conjunto, teriam escrito “epopeias de glórias nesta sangrenta jornada”. A respeito dessa reprodução de um instantâneo do campo de batalha, o semanário dizia que a sua página ilustrada retratava uma “renhida batalha” travada “entre as forças do governo e os intemeratos revolucionários”. Descrevia que tal registro constituíra “uma página curiosa que fielmente reproduz as peripécias da sangrenta batalha”, na qual “as bizarras forças revolucionárias portaram-se com uma bravura estoica, sublime, inexcedível, conquistando as glórias da vitória”²⁷.

²⁷ BISTURI. Rio Grande, 4 jun. 1893.

REFLEXÕES OPOSICIONISTAS SOBRE A REVOLUÇÃO FEDERALISTA E SUAS SEQUELAS



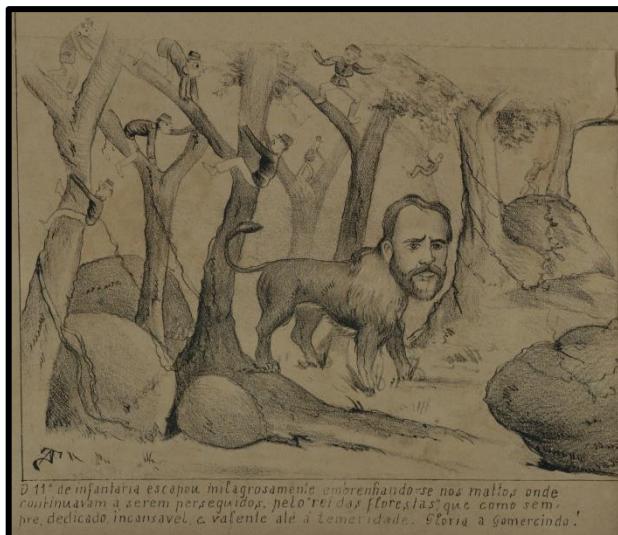
Um dos militares federalistas que mereceu maior destaque por parte do semanário foi Gumercindo Saraiva, o qual foi representado por duas vezes como um leão, a partir de sua simbologia majestática e de nobreza. Em uma das ilustrações o chefe rebelde assumia a feição leonina plenamente zoomórfica e massacrava os adversários sob suas garras, sendo denominado de “guerreiro mais popular deste século, pela bravura com que se bate em prol da nossa liberdade”. Ele era ainda chamado de “novo Garibaldi” e “invencível gaúcho rio-grandense”. Gumercindo era também glorificado, na figura do “rei das florestas”, com a cabeça humana, que levava os adversários a fugirem apavorados, subindo pelas árvores, permanecendo “sempre dedicado, incansável e valente até a temeridade”. A ação de Saraiva era igualmente exaltada

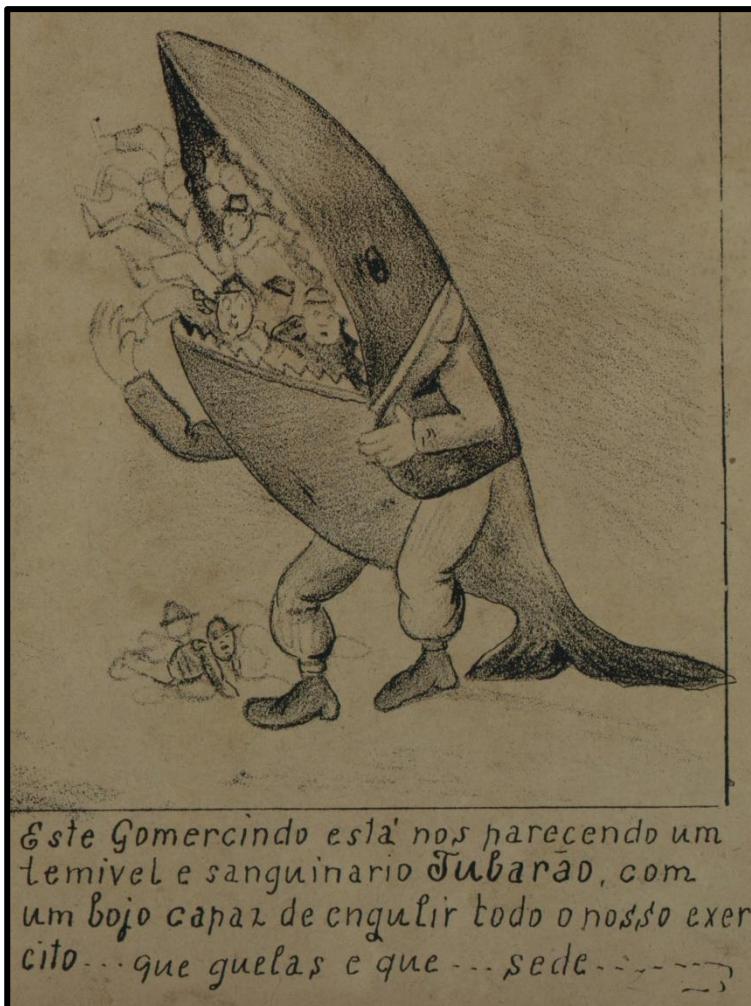
pela presença de um comandante legalista, que escapava em desesperado galope. Mantendo o tom exaltador, o chefe federalista era designado como “um temível e sanguinário tubarão”, em analogia com a perspectiva da força, do poder, da proteção, dos instintos de sobrevivência e da necessidade de superar desafios, o qual devorava toda uma tropa de seus adversários²⁸.



²⁸ BISTURI. Rio Grande, 2 jul. 1893.

REFLEXÕES OPOSIÇÃOISTAS SOBRE A REVOLUÇÃO FEDERALISTA E SUAS SEQUELAS





Este Gomercindo esta' nos parecendo um temivel e sanguinario Tubarão, com um bojo capaz de engolir todo o nosso exercito... que guelas e que ... sede... - - - - -

Assim, Thadio Alves de Amorim, à época da fermentação e eclosão revolucionária, manteve acesa a chama do combate ao autoritarismo, encontrando nos

REFLEXÕES OPOSIÇÃOISTAS SOBRE A REVOLUÇÃO FEDERALISTA E SUAS SEQUELAS

castilhistas seus principais adversários. De índole liberal, opôs-se e colocou-se na resistência aos regimes que caracterizava como ditoriais, trazendo profundas críticas a Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, na esfera federal, e, ainda mais acentuadamente, a Júlio de Castilhos, no âmbito estadual. Em uma época de acirramento da violência e dos enfrentamentos bélicos, a imprensa foi também uma arma de combate fundamental, na busca por legitimar as ações e as ideias dos aliados e deslegitimar as dos adversários. Por meio das páginas do *Bisturi*, Thadio Amorim desempenhou muito a contento essa função de soldado da causa federalista, combatendo acirradamente os castilhistas, não se utilizando de revólveres, espingardas, facas, espadas ou lanças, e sim de um instrumento igualmente contundente o poder da palavra que, no seu caso, ainda tinha o acréscimo do poder crítico, irônico, satírico e sarcástico da arte caricatural.

Revolução Federalista e historiografia: uma abordagem inicial

A República Brasileira encontraria focos de resistência não necessariamente no que tange à forma de governo em si, mas sim no que se refere às modalidades de implementação da mesma, mormente no que tange aos regimes autoritários colocados em prática naquele momento. O mais grave dos confrontos advindos desse tipo de contestação foi a Revolução Federalista, guerra civil que traria profundas consequências para a formação sul-rio-grandense, a mais candente delas um ódio partidário entre governistas e oposicionistas que duraria por décadas. Nesse clima, por muito tempo, os escritos sobre a Revolta de 1893-1895 seriam caracterizados por um forte engajamento, com a tomada de posição de parte dos autores no que tange aos grupos em conflito. Mesmo que as obras acerca da Federalista, principalmente as escritas durante a República Velha, fossem marcadas pelo partidarismo, muitos dos autores intentaram legitimar seus discursos afirmando embasá-los em uma alegada “verdade histórica”.

Essa utilização do argumento da “verdade histórica” como objetivo (ou pretexto de legitimação) dos “historiadores” daquele movimento, pode ser detectada, pelos menos, em cinco desses escritos:

Apontamentos para a História da Revolução Rio-Grandense de 1893 de Wenceslau Escobar, *Voluntários do Martírio de Ângelo Dourado*, *A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul* de Epaminondas Villalba (Raul Villa-Lobos), *Apontamentos sobre a Revolução do Rio Grande do Sul* de Antônio Augusto de Carvalho e *Fracasso do Ataque à Cidade do Rio Grande* de Antônio Augusto de Azevedo. Nesses estudos, os autores, ainda que, na maioria dos casos, estivessem identificados político-ideologicamente com os grupos em disputa, insistiram na utilização de termos como “isenção de ânimos”, “imparcialidade”, “ausência de paixões”, “equilíbrio”, “racionalidade”, “descrição do real”, entre outros, todos gravitando em torno da própria “verdade” sendo neste trabalho analisados em suas possibilidades e limites.

As conceituações a respeito do termo verdade têm encontrado variadas versões através do tempo, pois a verdade não é uma noção simples e a ideia que ela é uma cópia passiva do que está realmente aí, independentemente da mente, independentemente do discurso vem caindo por terra, embora continue a ter uma influência profunda sobre o pensamento humano²⁹. Assim, as discussões sobre essa possível conceituação originaram diferentes e até divergentes concepções, porém, o tema da verdade é tão amplo e multiforme que uma concepção não exclui necessariamente outra³⁰.

²⁹ PUTNAM, Hilary. *Razão, verdade e história*. Lisboa: Dom Quixote, 1992. p. 168.

³⁰ SALTOR, Jorge E. *La crisis de la noción de verdad*. Tucuman: Universidad Nacional de Tucuman, Facultad de Filosofía y

REFLEXÕES OPOSICIONISTAS SOBRE A REVOLUÇÃO FEDERALISTA E SUAS SEQUELAS

Quanto a sua aplicabilidade nas chamadas ciências humanas, o problema da verdade não é peculiar à história ou a qualquer ramo do conhecimento, e sim, uma questão que envolve até que ponto um julgamento, uma proposição ou um postulado expressa a natureza da realidade ou descreve um fato³¹. Apesar dessas divergências, a ideia de associação entre história e verdade vem sendo desenvolvida desde os primeiros trabalhos históricos, ainda na Antiguidade até os hoje realizados, concebendo-se a historiografia como *episthémé*, ou seja, como conhecimento verdadeiro, em contraste com a simples opinião (*doxa*)³².

Nesse quadro, a idealização de uma “verdade histórica” foi, muitas vezes, vinculada a um cientificismo da história. Para autores como Oscar Handlin, na história, a verdade é absoluta pois, mesmo admitindo que os observadores tenham visões mais ou menos parciais, segundo ele, a realidade da verdade não está relacionada aos desejos ou aos ângulos particulares da visão dos espectadores, uma vez que a verdade é conhecível e emergirá se for procurada com seriedade; e a ciência é o procedimento ou o conjunto de procedimentos de aproximação a ela³³. Já outros, entre

Letras, 1972. p. 60. Nessa obra, o autor aborda as diferentes concepções a respeito do termo verdade.

³¹ WALSH, W.H. *Introdução à filosofia da história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 71

³² HELLER, Agnes. *Uma teoria da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993. p. 99. A autora analisa o inter-relacionamento historiografia – verdade histórica, através de diferentes vertentes historiográficas.

³³ HANDLIN, Oscar. *A verdade na história*. São Paulo: Martins Fontes; Brasília: Ed. da UnB, 1982. p. 71.

eles Hagnes Heller, refutam tal versão, para a autora, mesmo que se fosse aceito que os defensores daquela abordagem reconhecessem um único valor, o de verdade científica, já haveria de se rejeitar sua reivindicação quanto a estarem isentos de valores³⁴. Na mesma linha, Michel de Certeau afirma que é impossível analisar o discurso histórico independentemente da instituição em função do qual ele se organiza³⁵. Edward Carr, por sua vez, argumenta que as ciências sociais como um todo, desde que elas envolvem o homem, tanto como sujeito quanto como objeto, tanto como investigador quanto como coisa investigada, são incompatíveis com qualquer teoria do conhecimento que acentue um divórcio rígido entre sujeito e objeto³⁶. Desse modo, a questão da verdade histórica leva à discussão de um outro componente intrínseco a ela, o da objetividade na história³⁷.

³⁴ HELLER. p. 116.

³⁵ CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 71.

³⁶ CARR, Edward Hallet. *Que é história?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 64.

³⁷ Paul Ricoeur afirma: Esperamos da história uma certa objetividade, a objetividade que lhe é conveniente. Deve a objetividade ser aqui tomada em seu sentido epistemológico estrito: é objetivo aquilo que o pensamento metódico elaborou, pôs em ordem, compreendeu, e que por essa maneira pode fazer compreender. Isto é exato, quanto às ciências físicas, quanto às ciências biológicas; também é exato quanto à história. Esperamos, por conseguinte, da história que ela proporcione ao passado das sociedades humanas o acesso a essa dignidade da objetividade. Isso não quer dizer que essa objetividade seja a da física ou a da biologia; há tantos níveis

REFLEXÕES OPOSIÇÃOISTAS SOBRE A REVOLUÇÃO FEDERALISTA E SUAS SEQUELAS

A relação entre objetividade e subjetividade na história não precisa ser caracterizada, essencial e necessariamente, pela oposição, podendo ser de complementariedade. De acordo com essa visão, uma objetividade absoluta é negada, como para Adam Schaff, segundo o qual a objetividade dita pura é uma ficção, já que o fator subjetivo é introduzido no conhecimento histórico pelo próprio fato da existência do sujeito que conhece. Ainda a esse respeito, o autor considera que a ação do sujeito sobre o conhecimento é inevitável e eliminar o sujeito da relação cognitiva é suprimir esta última. Assim, continua ele, se a tendência para a objetividade do conhecimento não pode consistir na eliminação do fator subjetivo, deve ser realizada por-é-na-superação do fator subjetivo, das suas manifestações concretas e das deformações que introduz, advertindo, porém, que essa superação constitui necessariamente um processo infinito³⁸.

de objetividade quantos procedimentos metódicos. Esperamos, portanto, que a história ajunte uma nova província ao império variado da objetividade. RICOEUR, Paul. *História e verdade*. Rio de Janeiro: Forense, s/data. p. 23. Já Christopher Blake considera que o erro fundamental é supor que se pode falar no mesmo fôlego daquilo que, em história, se considera objetivo e daquilo que não poderia ser-lo. Desse modo, falar filosoficamente da objetividade como se ela fosse um atributo inerente às “partes objetivas” da narrativa é perder uma importante perspectiva e bem assim conduzir erradamente a discussão. BLAKE, Christopher. Poderá a história ser objetiva? In: GARDINER, Patrick. *Teorias da história*. Lisboa: Fundação C. Gulbenkian, 1969. p. 419-420.

³⁸ SCHAFF, Adam. *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1986. p. 282 e 287.

Paul Ricoeur faz uma distinção entre duas “subjetividades”, para ele, deve-se esperar do historiador uma certa qualidade de subjetividade, não qualquer subjetividade, mas uma subjetividade que seja precisamente apropriada à objetividade que convém à história; aponta, assim, a existência de uma “subjetividade boa” e uma “subjetividade má”, cuja separação seria estabelecida a partir do próprio exercício do mister do historiador, afirmando que a subjetividade do historiador, como toda subjetividade científica, representa a vitória de uma boa subjetividade sobre uma má subjetividade³⁹.

Assim, a aplicação – e a busca – de elementos como verdade e objetividade na história, pode ser analisada sob um prisma de relatividade, como explica Adam Schaff, que defende uma concepção da verdade relativa objetiva, pela qual o problema consiste em comparar a verdade histórica, considerada como uma verdade parcial, incompleta e, nesse sentido, relativa, em relação ao conhecimento ideal que produz um saber total, exaustivo e, portanto, absoluto do objeto. Deve prevalecer, segundo o autor, a ideia de que o conhecimento histórico produz sempre verdades relativas e que só o processo infinito do conhecimento tende para a verdade absoluta com *limes*, adotando-se para ponto de partida a tese que a verdade histórica, se bem que relativa, é sempre uma verdade objetiva, na medida em que reflete e representa a realidade objetiva⁴⁰.

³⁹ RICOEUR. p. 24 e 33.

⁴⁰ SCHAFF. p. 303.

REFLEXÕES OPOSIÇÃOISTAS SOBRE A REVOLUÇÃO FEDERALISTA E SUAS SEQUELAS

A análise de questões como verdade e objetividade na história gera um quadro de profunda complexidade na conjuntura universal e tal situação torna-se também bastante intrincada, no microcosmo da relação desses condicionantes com os trabalhos cuja temática foi a formação republicana no Rio Grande do Sul e, mais especificamente, a Revolução de 1893, escritos no período imediatamente posterior a ela, alicerçados em profundo partidarismo. Apesar disso, muitos dos autores tentaram pautar, justificar e legitimar seus escritos num suposto fundamento de “verdade histórica”. Embora seja questionável a própria qualificação de “historiador” – no sentido científico – à maioria de tais autores, em grande parte, assim consideravam a si mesmos, argumentando buscar, segundo suas concepções, a prestação de “testemunhos” às gerações posteriores sobre os fatos por eles presenciados e/ou narrados.

Um desses trabalhos foi *Apontamentos para a História da Revolução Rio-Grandense de 1893*, um dos mais conhecidos sobre a Federalista, escrito pelo advogado Wenceslau Escobar, já na segunda década do século XX. Político militante, Escobar marcou sua atuação pelos vínculos aos princípios liberais/gasparistas, chegando a ser deputado pela oposição rio-grandense e realizando um razoável número de escritos na defesa de suas concepções político-partidárias e atacando o sistema castilhista-borgista⁴¹. Nos *Apontamentos*, o autor

⁴¹ A respeito de Wenceslau Escobar, ver: BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento *Dicionário bio-bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1902. v.7. p. 345.; MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre:

pretende resgatar a história da Revolução a partir de um breve levantamento introdutório dos acontecimentos pré-revolucionários e dedicando boa parte da obra à descrição dos episódios militares. Com respeito aos objetivos de seus escritos Wenceslau Escobar, enaltece o “valor” da história, pois, diante da possibilidade de não realizá-los devido às “atrocidades cruéis” que caracterizaram o movimento, resolveria ir adiante, pois a “reflexão” o levara a não desistir, afirmando que, se todos se detivessem diante desse escrúpulo não haveria história, ou seja, não existiria essa “mestra da vida”, onde o homem vai haurir lições sobre a sua trajetória no planeta e a humanidade teria de viver em trevas sobre o passado⁴².

Assim, Escobar procura demonstrar suas “preocupações” históricas, buscando prestar seu “testemunho” às gerações futuras e, segundo ele, fornecer elementos à posteridade para julgar com justiça aquela convulsão social, sentenciando os homens pelas suas obras. Além disso, o autor faz uma apreciação sobre os trabalhos históricos elaborados até então sobre a Guerra Civil, qualificando-os como tendenciosos, favoravelmente aos governistas. Argumentava assim que, até aquele momento só haviam escrito, mais largamente sobre essa revolução e quando o calor das

Ed. da UFRGS, IEL, 1978. p. 198.; MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. São Paulo: Cultrix, EDUSP, 1978. v.6. p. 212.; e VILLAS-BÔAS, Pedro. *Notas de bibliografia sul-rio-grandense*. Porto Alegre: A Nação, IEL, 1974. p. 178.

⁴² ESCOBAR, Wenceslau. *Apontamentos para a história da Revolução Rio-Grandense de 1893*. Brasília: Ed. da UnB, 1983. p. 3.

REFLEXÕES OPOSIÇÃOISTAS SOBRE A REVOLUÇÃO FEDERALISTA E SUAS SEQUELAS

paixões estava longe de ser moderado ou extinto pelo tempo, partidários da legalidade, naturalmente interessados em desfigurar e até encobrir fatos repulsivos, de negregada memória, que se haveriam de agarrar às carnes da facção vencedora⁴³.

Escobar busca justificar uma suposta neutralidade a partir do distanciamento cronológico com relação aos eventos narrados e chega, até mesmo, a considerar-se imparcial, embora reconheça que sua participação no conflito tenha exercido influências em seus escritos. Buscava explicar que não tinha a pretensão de escrever com absoluta isenção de ânimo, pois era humano e tomara parte pelo coração e pelas ideias naquela lamentável luta fratricida, mas, de acordo com sua concepção, procuraria, expor os fatos com a possível imparcialidade, limitando para isso, a seu favor, não só o quarto de século que já o distanciava daquele cruento sucesso, senão também a madureza dos anos, poderoso calmante para ajuizar dos acontecimentos com menos paixão e mais justiça⁴⁴. Desse modo, ao argumentar sobre sua “imparcialidade”, oriunda da maturidade, supostamente trazida pelo passar do tempo, Escobar, mesmo que de forma indireta, apela para a “verdade histórica” que estaria contida em seu trabalho.

Uma outra obra sobre a Revolução Federalista, reconhecida não só pelos episódios narrados, bem como pela descrição de diversos aspectos da sociedade e do cotidiano rio-grandense, à época do conflito, foi a elaborada pelo médico baiano Ângelo Dourado. Radicado no Rio Grande do Sul, seguiu os caminhos da

⁴³ ESCOBAR. p. 4-5.

⁴⁴ ESCOBAR. p. 4.

política, aliando-se ao grupo de oposição ao castilhismo, porém não se limitou à ação política, atuando como médico e militar nas forças de Gumercindo Saraiva. Logo após o término da revolta, em 1896, Dourado⁴⁵ publicava sua “narrativa da Revolução de 1893”, intitulada *Voluntários do martírio*. O autor busca caracterizar sua obra, basicamente, pelo aspecto narrativo, afirmando que o que escrevia era a impressão da ocasião, narrada a quem, como ele, teria sofrido, a quem tivera tanto amor à causa que defendia. Explicava ainda que nada modificara nas impressões que sentira originalmente, resolvendo então escrever, pois, do contrário, seria tirar dessas narrativas o único merecimento que tinha, ou seja, a narração dos fatos sob a impressão do momento. O escritor demarca ainda que aquele não era portanto um livro meditado, e sim um jornal de impressões, de modo que aquilo que apresentava seria compreendido pelos que lutaram com e contra ele nos campos de batalha⁴⁶.

Nesse quadro, Dourado justifica sua obra a partir de uma narração dos fatos “realmente” como aconteceram, o que seria “reconhecido” por aliados e adversários. Além disso, também considera a necessidade do distanciamento cronológico para uma explicação mais profunda dos acontecimentos entre 1893

⁴⁵ A respeito de Ângelo Dourado, ver: BLAKE. v.1. p. 86.; MARTINS, Ari. p. 189.; VELHO SOBRINHO, J. F. *Dicionário bio-bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1940. v. 1. p. 381.; e VILLAS-BÔAS. p. 169-170.

⁴⁶ DOURADO, Ângelo. *Voluntários do martírio*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1992. p. 1.

REFLEXÕES OPOSICIONISTAS SOBRE A REVOLUÇÃO FEDERALISTA E SUAS SEQUELAS

e 1895. De acordo com tal perspectiva, ele destaca que seu escrito não chegava a ser *a história* do esforço popular rio-grandense contra o poder esmagador que tentou asfixiá-lo, uma vez que seria cedo ainda para escrevê-la, tendo em vista que a tinta em que se deveria mergulhar a pena de fogo para fazê-lo deveria ser de justiça, e para isso seria preciso tempo, além do estudo de cada fato nas suas origens e de cada homem nos seus desejos⁴⁷.

Assim, apesar de reconhecer possíveis falhas em detalhes de seu conjunto narrativo, o autor também caracteriza seus escritos como portadores de uma “verdade histórica”, destacando que talvez não fosse literalmente exato nos fatos que narrara, referindo-se aqueles episódios lhe descritos por terceiros, porém, em relação aos que presenciara, seriam a “expressão da verdade”, e por eles deveria julgar verdadeiros todos os que lhe contaram⁴⁸.

Epaminondas Villalba, pseudônimo de Raul Villa-Lobos, foi outro autor que escreveu sobre a Guerra Civil de 1893, pouco depois do fim do movimento. Nascido no Rio de Janeiro, professor diplomado pelo Conselho Superior de InSTRUÇÃO PÚBLICA e funcionário da Biblioteca Nacional, Villalba residiu alguns anos no Rio Grande do Sul e foi, dentre os autores citados, aquele que mais se aproximou da figura do “historiador”, tendo realizado, anteriormente, escritos sobre a “História do Brasil”, “História Universal”, ou ainda, em 1894, sobre a Revolta da Armada⁴⁹. Publicou, em 1897, a obra *A*

⁴⁷ DOURADO. p. 1.

⁴⁸ DOURADO. p. 421.

⁴⁹ A respeito de Epaminondas Villalba (Raul Villa-Lobos), ver: MARTINS, Ari. p. 616.; e VILLAS-BÔAS. p. 542.

Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, considerada como complementar em relação aquela que tratou da rebelião na Armada, tratando naquele momento, especificamente, do conflito sul-rio-grandense.

A *Revolução Federalista no Rio Grande do Sul* foi dividida em duas partes distintas. Na primeira, o autor narra os precedentes históricos, a conflagração, as invasões e a luta, a ocupação de Santa Catarina, a invasão e o domínio do Paraná, a pacificação e a anistia, como componentes da Revolução de 1893. Já na segunda, faz um arrolamento de cento e quarenta e oito documentos sobre o conflito rio-grandense. Mesmo assim, Epaminondas Villalba não considera que estivesse “fazendo história”, pelo menos de forma direta, destacando que, para isso, seria necessário um maior distanciamento cronológico, ao afirmar que o que ia se ler não era a história da Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, pois era cedo demais para tratar-se convenientemente de um acontecimento cujas principais peripécias, quanto bem vivas na imaginação dos coevos, eram, entretanto, assunto de controvérsia⁵⁰.

Assim, o autor pretende aliviar o futuro escritor da história do movimento de um afanoso trabalho, ou seja, de pesquisar documentos autênticos que, no decorrer dos tempos tornar-se-iam de dificílima aquisição, para isso, então, organizara aquela coletânea, que representaria uma não pequena soma de sacrifícios e decepções. Villalba busca demonstrar isenção, afirmando não estar sob a influência de partidarismos, escrevendo, enfim, para pessoas “imparciais”. Explica

⁵⁰ VILLALBA, Epaminondas. *A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Laemmert & Cia., 1897. p. v.

REFLEXÕES OPOSICIONISTAS SOBRE A REVOLUÇÃO FEDERALISTA E SUAS SEQUELAS

que, expurgado do mais tênue vislumbre de partidarismo, seria o primeiro a reconhecer que a leitura do livro não despertaria simpatias em nenhuma das facções que atuaram nas disputas políticas e bélicas, de modo que, para elas, era muito melindrosa a posição do historiador, e, por isso, era para o espectador imparcial que se prestara a escrever⁵¹.

O escritor alega que sua objetividade devia-se ao fato de embasar seus escritos na coleta dos documentos; de certo modo, porém, esse fator pode ser considerado como limitado, uma vez que foi o próprio Villalba quem escolheu os documentos a serem destacados, de acordo com seus critérios individuais. Ele mesmo afirma que teve de examinar centenas de documentos pertencentes a arquivos particulares para não poucas vezes utilizar-se de um ou dois exemplares, desprezando os demais pelo pouco ou nenhum valor histórico que se afigurava ao escritor. Mesmo assim, Epaminondas Villalba busca a legitimação de sua obra exatamente nesse minucioso levantamento das fontes, compreendendo, inclusive, que aí residia o caráter da “verdade histórica” de seus escritos, observando que toda a parte expositiva se achava calcada na segunda parte, o que, “indubitavelmente”, imprimiria um incontestável cunho de veracidade às suas asserções⁵².

Outros dois escritos sobre a Revolução de 1893 que se utilizam da verdade como argumento de legitimação discursiva foram os folhetos elaborados, respectivamente, por Antônio Augusto de Carvalho e Antônio Augusto de Azevedo. Ambos eram militares

⁵¹ VILLALBA. p. v-vi.

⁵² VILLALBA. p. vi-vii.

que participaram da tentativa dos federalistas, aliados aos rebeldes da Armada, de tomarem a cidade do Rio Grande e, diante do malogro, acabaram exilando-se na região platina, onde escreveram suas respectivas obras⁵³.

Antônio Augusto de Carvalho, que se identificava como ex-Chefe do Estado Maior do Exército Libertador Rio-Grandense, publicou em Montevidéu, em 1895, os *Apontamentos sobre a Revolução do Rio Grande do Sul*. Nesse livro o autor se detém na narração da biografia e dos episódios militares nos quais se envolveu o General Luís Alves Leite de Oliveira Salgado, desde a partida do Rio Grande do Sul para Santa Catarina, bem como o retorno ao território rio-grandense, até o exílio no Prata. Como muitos dos trabalhos de então que versavam sobre a Guerra Civil, os escritos de Carvalho destinam-se a dar uma “resposta” às versões que até então vinham sendo publicadas sobre os acontecimentos.

Desse modo, o autor argumenta que escrevera no sentido, só e exclusivamente, de restabelecer a “verdade dos fatos”, sentindo-se no direito e no dever de apresentar a memória histórica de todos os sucessos em que tomara parte direta ou indireta o Exército Libertador, de modo a procurar esclarecer matéria que somente as gerações futuras poderiam julgar com imparcialidade. Ele garante que, ao escrever, identifica-se com a “verdade”, apesar das dificuldades que adviriam desse tipo de atitude. Nesse sentido, afirma

⁵³ A respeito de Antonio Augusto de Azevedo, ver: MARTINS, Ari. p. 53-54.; e VILLAS-BÔAS. p. 40. Sobre Antonio Augusto de Carvalho não foram encontradas referências biográficas além das expressas em seu próprio livreto.

REFLEXÕES OPOSICIONISTAS SOBRE A REVOLUÇÃO FEDERALISTA E SUAS SEQUELAS

que dizer a verdade era a tarefa mais ingrata nos tempos que corriam, em que a conveniência particular motivava, explicava e justificava tudo, num quadro em que, quem dissesse a verdade, se expunha ao próprio sacrifício, embora ela, cedo ou tarde devesse trazer proveito à causa pública⁵⁴.

Segundo Carvalho, sua obra era portadora de “valor histórico” tendo em vista o seu respeito à “verdade”, assegurada pela “ausência de paixões” e pela “isenção” de suas asseverações. Dessa maneira, argumenta que só lhe dominava o amor à justiça e à verdade, ou seja, dizer a verdade e só a verdade, seria para ele em qualquer emergência o cumprimento de um dever. Nessa linha, destaca que pensava ter dado a compreender o seu intuito e significado claramente que não tinha paixões e esperava apenas para seu ligeiro e modesto trabalho o acolhimento a que ele teria direito pela “verdade dos fatos” e “isenção de ânimo” com que estaria a se expressar⁵⁵.

O outro folheto em questão, de autoria de Antônio Augusto de Azevedo, foi escrito em 1895, na Argentina, e intitulou-se *Fracasso do ataque à cidade do Rio Grande*, cujo conteúdo, como o próprio título indica, trata-se da narrativa do insucesso dos revolucionários na busca em tomar a cidade do Rio Grande, em abril de 1894. O autor, jornalista e político, atuou como militar nas forças federalistas e participou das tropas de desembarque naquela localidade. Como no outro caso,

⁵⁴ CARVALHO, Antônio Augusto de. *Apontamentos sobre a Revolução do Rio Grande do Sul*. Montevidéu: Imprenta “El Siglo Ilustrado”, 1895. p. 7-9.

⁵⁵ CARVALHO. p. 9.

tratava-se de uma “resposta” às versões surgidas até então sobre aqueles episódios. Ele definia seu intento ao afirmar que o fim da publicação não seria a satisfação de uma vaidade, e sim motivada pelo pesar imenso que sentia, de ver a corrente da opinião desviada do seu verdadeiro curso, enxovalhando-se, desse modo, nomes que ainda estariam imaculados, e endeusando-se outros, que, apesar de não merecerem ser execrados, bem mereceriam ser esquecidos⁵⁶.

Desse modo, Azevedo, por diversas vezes, destaca que seus escritos estavam embasados na “verdade”. Ao iniciar sua narração afirma que ali iria exarado, com a “mais escrupulosa verdade”, o que se passara de real diante das fortificações da praça do Rio Grande, e confirma ainda que seu trabalho nada valeria pela forma, mas mereceria ser lido por ter a “grande virtude” de ser a expressão da “verdade”. O escritor enfatiza ainda que ao deixar seu livreto vagar por aí além, ficava tranquilo, e não temia que ele naufragasse, porque estaria a saber que a “verdade” sempre vingaria⁵⁷.

Já próximo à conclusão de seu trabalho, Azevedo volta a enaltecer seu respeito à “verdade” e à descrição do “real”, bem como sua intenção de opinar embasado na “imparcialidade” e “historiar” a verdade dos fatos. De acordo com essa perspectiva, explica que a verdade do que ali se passara estaria exarada em seu livro, com toda a “pompa de exatidão”, e que, com a mesma “imparcialidade” com que descrevera as pelejas

⁵⁶ AZEVEDO, Antônio Augusto de. *Fracasso do ataque à cidade do Rio Grande*. Porto Alegre: Livraria Mazerón, 1895. p. 3.

⁵⁷ AZEVEDO. p. 3 e 5.

REFLEXÕES OPOSIÇÃOISTAS SOBRE A REVOLUÇÃO FEDERALISTA E SUAS SEQUELAS

travadas, iria também demonstrar as respectivas responsabilidades. O autor conclui que pensava ter cumprido um dever, historiando, “com verdade”, aqueles acontecimentos e, animado por essa convicção, se atreveria a prosseguir⁵⁸.

Assim, a busca da verdade e da objetividade na história tem gerado acirradas discussões, cujas conclusões estão longe de um consenso, havendo os que refutam a própria necessidade da discussão e, dentre os que a aceitam, surgem as mais variadas conjecturas, muitas de completa oposição entre si e, por vezes, até mutuamente complementares. De modo geral, pode-se considerar que as concepções que tendem a apontar o caráter “absoluto” da verdade e da objetividade na história, vêm perdendo terreno para aquelas que consideram esses fatores como de caráter relativo, reconhecendo a relação sujeito-objeto como peculiar ao ofício do historiador.

Boa parte das obras que intentaram ser históricas sobre a Revolução Federalista, produzidas nos anos recentes que se seguiram ao conflito, buscaram legitimar-se a partir do pressuposto da “verdade histórica”. Mesmo que seja difícil identificar diretamente o “historiador” propriamente dito dentre esses primeiros escritores, em geral militares ou políticos que participaram do confronto, eles assim buscavam direta ou indiretamente designar a si mesmos, bem como, dessa maneira vêm sendo aceitos pelos estudos de cunho historiográfico.

Nesse quadro, através de seus escritos, Wenceslau Escobar considera, em nome da “mestra da vida” (a história), e graças ao “distanciamento

⁵⁸ AZEVEDO. p. 22.

cronológico” que o separava dos fatos, estar escrevendo “isento de paixões” e calcado na “imparcialidade”, mesmo que tivesse uma ativa participação política, antes e depois da Guerra Civil, a favor das forças gasparistas. Já Ângelo Dourado julga sua narração como a “expressão da verdade”, apesar de sua atuação como médico e militar junto aos revolucionários. Epaminondas Villalba (Raul Villa-Lobos), dentre os outros o que mais esteve ligado ao que se entende por “historiador”, principalmente por escrever embasado em um levantamento de fontes e não na simples expressão de opiniões e convicções, aponta que é o minucioso levantamento de documentos (feito a partir de critérios próprios) que dá um “cunho de veracidade” a suas asseverações. Por sua vez, Antônio Augusto de Carvalho destaca que sua obra era dominada pelo “amor à justiça e à verdade” e elaborada a partir da “isenção” e da “ausência de paixões”. Já Antônio Augusto de Azevedo afirma ter escrito com “imparcialidade” e ter o seu trabalho “a grande virtude de ser a expressão da verdade”, ainda que ambos tenham realizado seus escritos buscando dar uma resposta às versões então correntes, além disso, eram militares identificados com a causa federalista e escreveram sobre um acontecimento que se tornou trágico para os destinos da Revolução, que se caracterizaram pela procura dos “culpados” pelo fracasso.

Dessa forma, esses “historiadores”, apesar da busca da “verdade” como pressuposto legitimador de suas obras, na maioria, utilizaram-se da história de modo utilitário e pragmático, para difundir os ideais dos grupos que representavam. Nessa linha, tais autores de forma velada ou abertamente, ou ainda, de maneira não-

REFLEXÕES OPOSIÇÃOISTAS SOBRE A REVOLUÇÃO FEDERALISTA E SUAS SEQUELAS

intencional ou deliberadamente, expressaram suas concepções ideológicas, criando praticamente uma “verdade federalista”, em oposição a uma “verdade castilhista”, ou vice-versa, de modo a desencadear-se um processo de “respostas” de parte a parte, gerando uma tendência de produção historiográfica caracterizada pelo tomada de posição no que tange aos assuntos partidários, a qual marcaria, por longo tempo as obras históricas sobre a Revolução Federalista⁵⁹.

⁵⁹ Texto adaptado a partir de: *Historiografia e cultura no Rio Grande do Sul: ensaios históricos*. Rio Grande: FURG, 2007. p. 21-36.

A sociedade gaúcha na óptica de um rebelde: breve estudo de caso

A Revolução Federalista deixaria sequelas inexoráveis no seio da sociedade gaúcha, cujos efeitos deitariam raízes ao longo de toda a República Velha e mesmo além desse período. As disputas entre o castilhismo-borgismo e as forças oposicionistas alijadas do poder não se restringiram à guerra em si, a qual só serviu para agravar os conflitos de interesses intra-oligárquicos. Os confrontos permaneceram sendo travados por meios variados, como no caso do uso da palavra escrita. Fosse através da imprensa, fosse pela publicação de opúsculos, folhetos, livretos ou livros de maior monta, a chama de rivalidades se manteria acesa através do poder das palavras. De ambos os lados apareciam escritores que advogavam uma ou outra causa, justificando o modo de agir dos aliados e deslegitimando as atitudes adversárias, numa pedregosa seara de tensão e revanchismo.

Ser castilhista/borgista ou federalista, pica-pau ou maragato, usar lenço branco ou vermelho não se restringia apenas a uma perspectiva daquilo que se poderia denominar de um “folclore político” no Rio Grande do Sul daquela época, pois, muito pelo contrário, trazia em si um significado bem mais profundo que impregnaria direta ou indiretamente o modo de ser dos sul-rio-grandenses como um todo,

desde os articuladores da vida partidária – pertencentes à oligarquia – até os habitantes mais humildes, normalmente vinculados àqueles pelas tradicionais relações de clientelismo. Nesse ambiente, muitos foram os arautos de cada uma das causas em jogo, sustentando o maniqueísmo que marcou a produção intelectual de então, uma vez que o espaço para a neutralidade era exíguo e os escritores acabavam por alinhar-se ou com os governistas ou com a oposição.

Um escritor federalista

Da guerra civil adviria uma série de entraves à vida econômica e social rio-grandense-do-sul, que teria de passar por um processo de reconstrução. As estruturas da sociedade gaúcha não sofreriam alterações bruscas com a Revolução, que significou apenas um rearranjo entre as oligarquias no poder, com a vitória do modelo castilhista. As tradicionais relações de interdependência social da “peonada” para com os grandes latifundiários persistiria, uma vez que tais setores considerados como subalternos da sociedade não passaram de “bucha de canhão” naquele conflito intra-oligárquico. A guerra, no entanto, serviria para agravar muitas das circunstâncias que levavam à pobreza e ao fortalecimento das históricas relações de clientelismo e submissão social.

A realidade social do Rio Grande do Sul da época da guerra civil e do período pós-revolucionário foi retratada com detalhes por um dos participantes do confronto, o médico Ângelo Dourado, em alguns escritos sobre suas vivências no sul do Brasil, uns de natureza

REFLEXÕES OPOSIÇÃOISTAS SOBRE A REVOLUÇÃO FEDERALISTA E SUAS SEQUELAS

político-partidária, outros com ênfase na sua atuação profissional. Na maioria de suas obras encontrava-se uma das características à época recorrentes, o engajamento, quer seja, ao descrever os acontecimentos que gravitavam em torno do momento de conflagração, os autores adotavam o partidarismo, buscando legitimar as ações e o pensamento dos seus aliados e deslegitimar os dos adversários.

Ângelo Cardoso Dourado nasceu na capital baiana, Salvador, a 6 de outubro de 1856, e faleceu na cidade gaúcha do Rio Grande, a 23 de outubro de 1905. Formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 1880, prestou serviços médicos ao Exército, vindo a deslocar-se para o Rio Grande do Sul e exercendo sua profissão na cidade de Bagé, onde manteve sua família e atingiu projeção política, chegando a ser Presidente da Junta Administrativa em 1890. Participou ativamente do movimento rebelde que sacudiu o sul do Brasil à época da formação republicana. Adepto dos revolucionários federalistas, Ele emigrou para Melo, no Uruguai, onde também exerceu a medicina, e foi nomeado Coronel do Exército Libertador, como se autodenominavam as forças rebeladas, percorrendo as terras do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, com as tropas do chefe maragato Gumercindo Saraiva em suas empreitadas contra as forças governistas. Encerrada a revolta, permaneceu em terras rio-grandenses e exerceu a medicina em várias localidades gaúchas, como na cidade do Rio Grande, na qual foi médico oculista.

Além de médico, Dourado foi político, escritor e teatrólogo. Escreveu o drama *O médico dos pobres* (1876), a tese na Faculdade de Medicina *Operação cesariana* (1880), a narrativa *Voluntários do martírio* (1896), o drama

As minas de ouro (1897), o livreto *Oftalmia virulenta* (1899), o estudo *O impaludismo no Rio Grande do Sul* (1900), a coletânea de artigos *A situação política do Brasil* (1905) e o discurso *Reforma constitucional*, publicado postumamente (1912)⁶⁰. A mais conhecida obra do autor foi *Os voluntários do martírio: fatos e episódios da guerra civil*, publicada em 1896 pela Livraria Americana e reeditada

⁶⁰ A respeito da biografia e da produção intelectual de Ângelo Dourado, ver: BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1883. v. 1. p. 86; BOUCINHA, Cláudio. *O liberalismo e o romantismo de Ângelo Dourado*. Bagé: URCAMP, 1989; MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS/IEL, 1978. p. 189; OLIVEIRA, Marcelo França de. *Depois do martírio: a oposição e as proposições de Ângelo Dourado na formação do Rio Grande do Sul republicano*. Lisboa; Rio Grande: Cátedra Infante Dom Henrique; Biblioteca Rio-Grandense, 2018; OLIVEIRA, Marcelo França de. *A trincheira discursiva: escritos políticos de Ângelo Dourado em livros e na imprensa rio-grandina na formação do Rio Grande do Sul republicano (1893-1905) - usos e possibilidades para a pesquisa e o ensino de História no Ensino Superior*. Rio Grande: FURG, 2014 (Dissertação de Mestrado); OLIVEIRA, Marcelo França de. *O cronista maragato: Literatura e História nas crônicas de Ângelo Dourado no Eco do Sul (1896-1902)*. Rio Grande: FURG, 2018 (Tese de Doutorado); PEREIRA, Nalde Jaqueline Corrêa. As críticas de um federalista à conjuntura político-militar brasileira na virada do século. In: ALVES, F. N.; TORRES, L. H. (orgs.). *Ensaios de História do Rio Grande do Sul*. Rio Grande: FURG, 1996. p. 76-84; VELHO SOBRINHO, J. F. *Dicionário bio-bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1940. v. 1. p. 381; VILLAS-BÔAS, Pedro. *Notas de bibliografia sul-rio-grandense*. Porto Alegre: A Nacão/ IEL, 1974. p. 169-170

REFLEXÕES OPOSICIONISTAS SOBRE A REVOLUÇÃO FEDERALISTA E SUAS SEQUELAS

já no século seguinte na forma de fac-símile, tratando-se de uma narrativa de vários dos acontecimentos da Revolução Federalista, retratados na visão de Ângelo Dourado. Já por outro lado, *Oftalmia virulenta* foi um livreto publicado pelo escritor e mais vinculado à sua atuação como médico, mas no qual não deixava de apresentar sua perspectiva crítica sobre o *status quo* sul-rio-grandense. Um rapidíssimo olhar acerca de um aspecto de sua obra mais conhecida e um estudo do conteúdo daquele livreto permitem uma abordagem a respeito da visão de Ângelo Dourado sobre a sociedade gaúcha de então.

Breve olhar sobre um aspecto na obra *Os voluntários do martírio*

Os voluntários do martírio é uma obra típica de seu tempo, fortemente marcada pela identificação com um dos lados em luta, no caso, o dos federalistas⁶¹. Constitui um documento autêntico da bagagem de ideias, mitos e ressentimentos que impulsionaram os insurgentes, desde a fronteira gaúcha até o planalto paranaense, com uma épica retirada, exílios, novas invasões, até o encerramento do conflito⁶². O livro, uma

⁶¹ PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul: considerações historiográficas. In: ALVES, F. N.; TORRES, L. H. (orgs.). *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande: Ed. da FURG, 1993. p. 69.

⁶² FRANCO, Sérgio da Costa. Apresentação. In: DOURADO, 1992, p. 9-10.

emocionada crônica histórica sobre um conturbado período⁶³, apresenta em suas informações fontes primárias para a reconstituição da história social da época da guerra civil⁶⁴, as quais permitem reconstituir o cotidiano revolucionário no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná⁶⁵. Ainda que advogando a causa de uma das facções no conflito político-ideológico que então polarizava a conjuntura rio-grandense, o autor, para legitimar sua obra, lançaria mão de uma das estratégias discursivas mais usadas pelos escritores que então abordavam o tema, quer seja, a justificativa de que escreviam em nome de uma suposta “verdade histórica”. A narração do escritor refletia sua ação como indivíduo engajado político-partidariamente e como médico e militar nas forças de Gumercindo Saraiva, de modo que, logo após o término da revolta, em 1896, Dourado publicava sua “narrativa da Revolução de 1893”, intitulada *Voluntários do martírio*. O autor buscava caracterizar sua obra, basicamente, pelo aspecto narrativo, afirmando que escrevia a impressão da ocasião, narrada a quem, como ele, teria sofrido, a quem tivera tanto amor à causa que defendia. Explicava ainda que

⁶³ CESAR, Guilhermino. *História da Literatura no Rio Grande do Sul*. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1971. p. 369.

⁶⁴ FLORES, Moacyr. Historiografia da Revolução Federalista. In: FLORES, M. (org.). 1893- 1895: a Revolução dos Maragatos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993. p. 126.

⁶⁵ FLORES, Moacyr. Dramas e conflitos revolucionários. In: FLORES, H. A. H. (org.).

Revolução Federalista. Porto Alegre: Martins Livreiro/Nova Dimensão, 1993. p. 35.

REFLEXÕES OPOSIÇÃOISTAS SOBRE A REVOLUÇÃO FEDERALISTA E SUAS SEQUELAS

nada modificara nas impressões que sentira originalmente, resolvendo então escrever, pois do contrário seria tirar das narrativas o único merecimento que tinham, ou seja, a narração dos fatos sob a impressão do momento. O escritor demarca ainda que aquele não era portanto um livro meditado, e sim um jornal de impressões, de modo que aquilo que apresentava seria compreendido pelos que lutaram com e contra ele nos campos de batalha⁶⁶.

Nesse quadro, Dourado justificava sua obra a partir de uma narração dos fatos “realmente” como aconteceram, o que seria “reconhecido” por aliados e adversários. Além disso, também considerava a necessidade do distanciamento cronológico para uma explicação mais profunda dos acontecimentos entre 1893 e 1895. Nesse sentido, destacava que seu escrito não chegava a ser *a história do esforço popular rio-grandense* contra o poder esmagador que tentou asfixiá-lo, uma vez que seria cedo ainda para escrevê-la, tendo em vista que a tinta em que se deveria mergulhar a pena de fogo para fazê-lo deveria ser de justiça, e para isso seria preciso tempo, além do estudo de cada fato nas suas origens e de cada homem nos seus desejos⁶⁷. Apesar de reconhecer possíveis falhas em detalhes de seu conjunto narrativo, o autor também caracterizava seus escritos como portadores de uma “verdade histórica”, enfatizando que talvez não fosse literalmente exato nos fatos que narrara, referindo-se àqueles episódios descritos por terceiros, porém, em relação aos que presenciara, seriam a

⁶⁶ DOURADO, Ângelo. *Voluntários do martírio: narrativa da Revolução de 1893*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1992. p. 1.

⁶⁷ DOURADO, 1992, p. 1.

“expressão da verdade”, e por eles deveria julgar verdadeiros todos os que lhe contaram⁶⁸.

Assim, Ângelo Dourado julgava sua narração como a “expressão da verdade”, apesar de sua atuação como médico e militar junto aos revolucionários, bem a contento com as estratégias discursivas adotadas pelos escritores de então, fosse qual fosse o lado que defendesse. Desse modo, apesar da busca da “verdade” como pressuposto legitimador de suas obras, na maioria dos casos a história foi usada de modo utilitário e pragmático, para difundir os ideais dos grupos em conflito. Nessa linha, esses autores, de forma velada ou abertamente, ou ainda, de maneira não-intencional ou deliberada, expressaram suas concepções ideológicas, criando praticamente uma “verdade federalista”, em oposição a uma “verdade castilhista”, ou vice-versa, de modo a desencadear-se um processo de “respostas” de parte a parte, gerando uma tendência de produção intelectual caracterizada pelo tomada de posição no que tange aos assuntos partidários, a qual marcaria por longo tempo as obras sobre a Revolução Federalista.

Ao lado de *Os voluntários do martírio*, Ângelo Dourado entabularia outros escritos, publicados normalmente na forma de livretos, nos quais o autor alternava seu veio político-partidário, por vezes panfletário, com o do especialista nas artes médicas. Apesar das especificidades das obras, o médico não poderia dissociar-se do político, de modo que certas convicções, bem como as preocupações de fundo social, acabariam por vir à tona, ainda que nas entrelinhas do conjunto de seus escritos. Dourado era, assim, o médico

⁶⁸ DOURADO, 1992, p. 421.

REFLEXÕES OPOSICIONISTAS SOBRE A REVOLUÇÃO FEDERALISTA E SUAS SEQUELAS

preocupado com as moléstias e com as mazelas que atingiam a sociedade, insistindo na luta por arrancar o doente de seus males, buscando puxar o fio da saúde do emaranhado sombrio das doenças até a vitória final, como o coroamento de uma carreira difícil, cheia de horas de estudo, de frustrações e sacrifícios⁶⁹.

Política e medicina na formação de uma visão crítica acerca da sociedade gaúcha

Dentre os livretos publicados por Dourado, um dos menos conhecidos foi escrito sobre uma de suas especialidades, tendo por título o nome do mal que o autor considerava como peculiar aos casos que diagnosticara no Rio Grande do Sul, quer seja, *Oftalmia virulenta*. Editado pela Livraria Rio-Grandense em 1899, esse livro, ao tratar de um assunto específico, revelava alguns detalhes sobre a sociedade gaúcha do final do século XIX, com especial atenção para as condições de trabalho dos indivíduos cujas lides estavam ligadas à base da economia rio-grandense de então, a pecuária⁷⁰.

⁶⁹ ETZEL, Eduardo. *Um médico do século XX: vivendo transformações*. São Paulo: Nobel/EDUSP, 1987. p. 116.

⁷⁰ A afirmação sobre a pouca evidência da obra *Oftalmia virulenta* prende-se ao fato de que nenhum dos mais conhecidos autores que lidaram com a biografia de Ângelo Dourado citaram esse livro, cujo exemplar aqui trabalhado encontra-se no acervo da Biblioteca Rio-Grandense da cidade do Rio Grande. A análise de tal escrito de Dourado não pretende fazer qualquer incursão à temática específica da medicina, não abordando questões técnicas ou elementos

Médico, cientista e homem com convicções políticas aliam-se e transparecem nas entrelínhas de *Oftalmia virulenta*, revelando um olhar sobre a sociedade gaúcha.

Justificando sua obra, Dourado explicava que *oftalmia virulenta* era o nome que julgava mais apropriado para designar a modalidade mórbida que pretendia descrever e que supunha ter sua origem em produtos mórbidos de outros animais, sobretudo da raça bovina, porquanto os doentes que observara, ou se empregavam em trabalho pastoril ou se achavam sempre em contato com esses trabalhadores. O autor considerava a doença como desconhecida, ao menos em bibliografia, de modo que, ainda não estando bem estudada e sem que ele pudesse proceder aos estudos microbiológicos, para não realizar um estudo incompleto propunha-se apresentar o que era absolutamente indispensável em uma pequena memória no início de observações dessa natureza⁷¹.

Ainda demarcando os intentos de seus escritos, o médico relatava que a enfermidade infecciosa não parecia contagiosa, já que em alguns doentes ela apresentou-se em um só olho, e, apesar de carecerem tais indivíduos dos mais rudimentares cuidados higiênicos, o outro olho não fora afetado, e não se propagara a

constitutivos da linguagem peculiar às artes médicas, mormente no que tange a sintomas, diagnóstico e tratamento, ou ainda no que se refere aos acertos ou não de Dourado em relação à doença que descrevia. O objetivo deste ensaio prende-se às preocupações de cunho social do autor ao apontar as causas da moléstia que estudava.

⁷¹ DOURADO, Ângelo. *Oftalmia virulenta*. Rio Grande: Livraria Rio-Grandense, 1899. p. 1-2.

REFLEXÕES OPOSIÇÃOISTAS SOBRE A REVOLUÇÃO FEDERALISTA E SUAS SEQUELAS

moléstia a ninguém, apesar da promiscuidade de vida em pequenas e más habitações, falta de asseio e até de ar nos aposentos do enfermo, e ainda, em alguns casos, até em íntimo contato, dormindo no mesmo leito, como uma doente que fora afetada poucos dias depois de ter casado⁷², demonstrando, desse modo, os estratos da sociedade mais sensíveis ao mal em estudo.

Refletindo suas preocupações sociais, Ângelo Dourado demarcava que, a partir dos casos que observara, revelava-se o necessário interesse pelo estudo da doença e de suas causas, pois, sendo elas as que presumia, se não se acautelassem os trabalhadores da pecuária, poderiam ocorrer verdadeiras epidemias, que seriam desastrosas⁷³. O escritor organizou seu livro destacando respectivamente os casos das pessoas que atendera, com ênfase à descrição dos sintomas, do diagnóstico e do tratamento. A narração sobre cada um dos afetados com a moléstia revelava certas características do contexto social em que eles viviam, normalmente ligado à pobreza ou a certa precariedade de recursos, ou ainda aos contatos com essa realidade.

O primeiro caso observado pelo médico foi o de um “fazendeiro” de quarenta e quatro anos, residente no município de Bagé, que nunca sofrera moléstia alguma dos olhos e achava-se em seu trabalho no campo, onde, diariamente, coureava reses que morriam em grande número. Explicava o autor que “courear” era o termo que se empregava para o trabalho de tirar o couro às reses que morriam de magreza ou moléstia, cuja carne não poderia ser aproveitada. Ao descrever a situação do

⁷² DOURADO, 1899. p. 2.

⁷³ DOURADO, 1899. p. 2.

paciente, Dourado ressaltava que o mesmo começara a sentir que os olhos se lhe inflamavam, chorando muito e, depois de lançar mão de tudo que se dizia ser bom para a *vista* e que, segundo outros, havia curado a muitos outros em *iguais circunstâncias*, resolvera procurar o médico o qual obteria bons resultados no tratamento⁷⁴.

Outro doente diagnosticado por Ângelo Dourado foi descrito como um homem robusto, moço ainda, de cor negra, que se empregava no serviço de campo e de carretear. Preocupado em apresentar certos usos e costumes da sociedade sul-rio-grandense, o escritor observava que o serviço de campo era o das indústrias pecuárias enquanto carretear era levar os produtos em carreta, puxada por muitos bois, para os centros comerciais, detalhando que os mesmos produtos eram quase exclusivamente couros, aspas, crinas, lãs, entre outros, sendo que os couros eram em maioria tirados das reses mortas no campo e as demais dos gados vivos. O paciente tinha um olho bastante afetado, mas obtivera razoáveis melhoras após os cuidados de Dourado⁷⁵.

Demarcando o momento em que estivera no Uruguai, à época da Revolução Federalista, o médico narrava que se achava na cidade de Melo, na República Oriental, como “imigrado político”, obtendo licença para exercer a sua profissão, enquanto durassem no Rio Grande os motivos que lhe obrigaram a fugir de sua pátria, diante do que a notícia de sua estada ali se espalhara pela campanha, graças a algumas operações feitas com resultado. A partir dessas informações, Dourado foi procurado por um jovem de vinte e cinco

⁷⁴ DOURADO, 1899. p. 2-6.

⁷⁵ DOURADO, 1899. p. 7-9.

REFLEXÕES OPOSIÇÃOISTAS SOBRE A REVOLUÇÃO FEDERALISTA E SUAS SEQUELAS

anos de idade que se empregava no serviço do campo e em carretear e que fora atacado de violenta inflamação em ambos os olhos. Segundo o autor, o doente atribuía a sua moléstia a um “mau vento” que reinara nos últimos dias, quando trabalhava com o gado em marcações e outros misteres, coureando muitas reses que morriam ao serem lidadas no campo. O paciente tinha ambos os olhos comprometidos e, após o tratamento, o escritor lembrava que, no quarto dia, o doente – que era visto a passar pelas ruas sempre guiado por outro, fazia grande reclame para o nome de Dourado, a dizer que estava vendo e, com a loquacidade própria dos camponeses orientais, quando alegres, fazia referências que atingiam ao milagre. No entanto, tendo em vista o início da deflagração revolucionária, o médico não conseguiria terminar o tratamento, afirmando que tivera de abandonar o doente, uma vez que milhares de brasileiros, emigrados, como ele, buscaram, com armas na mão, conquistar o direito de viver ou morrer na pátria, pois os homens que governavam a nação não o consentiam senão com obediência servil. Declarava o escritor que tivera de acompanhar os rebelados e partilhar a sorte deles nos três longos anos daquela luta cruel que a história dos povos modernos talvez não registrasse por ser vergonhosa para o caráter humano, onde se falava em liberdade e república⁷⁶.

Dentre os casos em que Ângelo Dourado diagnosticou a *oftalmia virulenta*, esteve também o de uma menina de oito ou nove anos, filha de um estancieiro que aparecera em seu consultório acompanhada do irmão, por sua vez acometido por

⁷⁶ DOURADO, 1899. p. 9-11.

outros males. Descrevendo o “estado linfático da doentinha”, o olhar sempre amortecido, de acordo com a linguagem vulgar, junto à moléstia de seu irmãozinho e companheiro de folguedos, o médico destacava o fato de que as preocupações com a saúde não eram uma prioridade no seio da sociedade gaúcha, afirmando que não o haviam procurado antes porque entre a população, as doenças dos olhos só eram julgadas dignas de atenção quando entravam em sua última fase, quando as ulcerações da córnea provocavam fotofobias ou quando a vista era privada, contando-se então o tempo da ulceração como o início da doença, ou seja, tomavam o fim como princípio⁷⁷.

O caso da menina, “filha de um estancieiro”, seria discrepante em relação ao conjunto das pessoas atingidas pelo mal diagnosticado por Dourado, mas ele logo identificaria na causa da moléstia uma identidade com as demais. Narrava o médico que, acerca da doentinha e da origem da doença, era de se notar que nas casas dos estancieiros, mesmo residindo eles na cidade, diariamente vinham trabalhadores do campo, carreteiros, que ali pernoitavam ou iam comer ou tomar mate. Nessas oportunidades, os peões afagavam as crianças, trazendo-lhes presentes nos bolsos da bombacha de trabalho, quando não fosse o próprio pai que voltava do campo e as tomava ao colo, ainda com as roupas que estiveram em contato com os couros ou com o laço com que lidavam as reses⁷⁸. Dessa forma, o autor permanecia na defesa de sua tese quanto ao conteúdo social da moléstia que estudava.

⁷⁷ DOURADO, 1899. p. 12-13.

⁷⁸ DOURADO, 1899. p. 14.

REFLEXÕES OPOSIÇÃOISTAS SOBRE A REVOLUÇÃO FEDERALISTA E SUAS SEQUELAS

Os dois últimos casos analisados por Ângelo Dourado lhe firmaram a convicção de que a oftalmia que tratava dferia de todas as outras em relação à marcha e sintomas, tendo sua origem em produtos animais especiais. Um deles era o de um operário italiano de vinte e oito anos de idade, que, apesar de forte, robusto e sadio, poucos dias eram decorridos depois que começara a sentir a inflamação do seu olho direito e o incômodo corrimento de líquido que lhe banhava a face. Procedendo ao tratamento, o médico narrava que o paciente questionara-lhe a respeito dos fatores de seu mal, descrevendo o escritor que o doente, moço inteligente, notava a esquisitice de sua moléstia, perguntando-lhe qual seria a sua causa, depois de ter descrito tudo que se tinha passado em sua vida relativamente a moléstias, não tendo tido senão, alguns anos antes, uma pequena manifestação venérea de que se curara perfeitamente⁷⁹.

A resposta de Dourado fora no sentido de que não tinha certeza sobre a causa de tal enfermidade, atribuindo-a a princípios mórbidos formados em outros animais, dizendo ao paciente que era muito fácil estar em contato com pessoas que estivessem empregadas no serviço do campo ou que lidassem com o gado no matadouro. Diante da afirmação do médico, o imigrante teria argumentado com vivacidade que ele mesmo era uma dessas pessoas, já que o seu serviço era o de cuidar de carnes numa fábrica de conservas, sendo ele, inclusive, quem ia às carroças buscar os quartos de reses para levar ao laboratório⁸⁰. Mais uma vez ficavam

⁷⁹ DOURADO, 1899. p. 14-15.

⁸⁰ DOURADO, 1899. p. 15-16.

confirmadas as hipóteses do médico quanto ao mal que diagnosticava.

No mesmo dia em que atendera o operário italiano, Dourado foi chamado para ver uma jovem senhora de nacionalidade espanhola, mas residente no Brasil desde a infância, que casara havia menos de um mês. A paciente tinha os mesmos sintomas dos casos anteriores, tendo alguém lhe dito que aquilo era efeito do *ar* e que com rezas poderia passar, no entanto, depois de algumas sessões a rezadeira teria declarado, em vista do aumento da moléstia e das dores horríveis que ela sofria, que não era *ar*, porque se o fosse teria sem dúvida cedido à magia de suas rezas e que, portanto, convinha procurar um médico. Não encontrando pontos de contato entre os dois doentes, o escritor acabaria por descobrir que o marido da jovem enferma era negociante de gados, tendo açougue e fornecendo carne para a fábrica de conservas onde trabalhava o italiano⁸¹.

⁸¹ DOURADO, 1899. p. 16-17. Sobre o esposo de sua paciente, Dourado afirmava: "É um rapaz trabalhador, e conquanto a família possua alguma fortuna, contudo ele não se poupa, e quando falta pessoal ou abunda o serviço ele mesmo atira-se ao trabalho. Naqueles poucos dias tinha tido pedido urgente de carnes para a fábrica, e ele mesmo levara os quartos de carne à carroça que os devia conduzir". Enfatizando as causas da moléstia, o autor detalhava as circunstâncias do contágio: "Ali mesmo, diante da minha enferma, que sofria dores e desanimava-se, e do marido compungido em vê-la tanto sofrer, eu remontei- me à fonte provável donde originara-se a infecção. Eu vi aquele rapaz, robusto, louro, vestido asseadamente, talvez a gravata branca que trazia quando acompanhava a esposa ao meu consultório, no seu trabalho, este trabalho cruel, de ver os magarefes abatendo reses no

REFLEXÕES OPOSIÇÃOISTAS SOBRE A REVOLUÇÃO FEDERALISTA E SUAS SEQUELAS

Para Ângelo Dourado, a *oftalmia virulenta* era uma moléstia que ainda não atingira a sua maioridade, uma vez que, transmitida do gado ao homem, precisava aclimatar-se para poder desenvolver-se, e declarava-se convicto de que as moléstias virulentas, como todos os seres, tinham fases no seu desenvolvimento, precisando portanto de tempo para se completarem. Insistia o autor em determinar o contato com reses mortas como o

matadouro, os pés sujos, no sangue e nos detritos, agarrando ele mesmo os quartos de reses para distribuir pelos açouguês, manchando suas roupas nas carnes; depois correr à casa onde o esperava a esposa, ainda noiva, formosa, com quem se casara por afeto, abraçá-la, senti-la repousar-lhe no peito a face, enquanto ele afaga-lhe com carícias; e aquela face pôr-se em contato com a roupa que estivera em contato com a carne da rês, talvez doente, antes de ser abatida; mas mesmo quando não o fosse, já contendo produtos cadavéricos, e daí aquela inflamação violenta que talvez a cegaria; ou então, se o cansaço do trabalho, e os costumes não permitissem aqueles afagos, ela, a jovem esposa, dona de casa e por isto a melhor serventuária, escovando, limpando a roupa do marido, com que devia voltar para o trabalho. Não querendo por uma indiscrição aumentar a mágoa de ambos, dizendo a que atribuía a causa da moléstia; receoso, porém, de que o sofrimento dela aumentasse a ternura do marido, como era natural, aconselhei-lhe que não se pusesse em contato com as roupas com que fosse ao açougue, que não as trouxesse mesmo para casa, porque assim poderia agravar a moléstia. E eu tinha receio de que o outro olho fosse por este modo afetado, e recomendei-lhe o emprego de tudo que pudesse afastar a causa; até o lavamento de suas mãos em águas antissépticas para poder aproximar-se da esposa" (p. 17-18).

elemento de contágio daquela modalidade mórbida⁸². Defendia sua tese, no caso das carnes levadas ao açougue, sustentando que as reses abatidas no matadouro faziam uma longa viagem, onde recebiam contusões, apresentando a carne sinal delas, nem só pela coloração, como pela degenerescência da gordura, e, às vezes, até existência de pus. Explanava também que o gado que era encaminhado aos açougue permanecia no curral muitos dias sem comer e sem beber, depois de uma longa marcha, ficando portanto sujeito à *autofagia*, e, desse modo, tendo em si elementos cadavéricos, capazes de infeccionar indivíduos predispostos por qualquer motivo⁸³.

⁸² Ainda a respeito de doenças advindas do contato com o gado morto, Dourado lembrava uma dermatite violentíssima que atacava indivíduos que trabalhavam no campo, a qual era atribuída a uma árvore chamada de aroeira, hipótese da qual discordava o autor: “Na guerra civil que sustentamos na esperança de melhorar o destino da nossa pátria, durante três anos estivemos em companhia juntamente com milheiros de companheiros, sempre em contato com as aroeiras ou pela sombra ou pela lenha, e nunca observamos um caso desta dermatite tão temida. Na nossa volta do Paraná, quando no meio da floresta, tínhamos de acampar nos lugares que serviam de acampamento da vanguarda e muitos aproveitavam restos de algumas reses que os primeiros, mais felizes do que nós, encontraram por ali e carnearam, notei três casos desta dermatite, o que fazia admirar aos sofredores que não se lembravam de ter visto aroeira a que se chegassem. É bem provável, portanto, que esta dermatite seja uma infecção de origem animal e não uma irritação por princípio vegetal, como eles julgam” (DOURADO, 1899. p. 23-24).

⁸³ DOURADO, 1899. p. 23-24.

REFLEXÕES OPOSIÇÃOISTAS SOBRE A REVOLUÇÃO FEDERALISTA E SUAS SEQUELAS

A atuação de Dourado revelava facetas do que era ser médico no Rio Grande do Sul da virada do século, num quadro em que o saber e o ver, a palavra e a distância organizavam as relações lentamente instituídas entre o médico e o doente, assinalando uma operação na qual o sofrimento vem a ser um objeto e em que o vestígio passava a ser recoberto pela certeza científica. Desse modo, no ato terapêutico, como na constituição e na afirmação do saber como tal, procedimentos homólogos repetiam o mesmo acontecimento, constituindo estratégias frente ao corpo. Assim, a relação cotidiana entre o médico e o doente concentrava-se no fazer aparecer a natureza da doença, fazendo também emergir o princípio mórbido oculto no corpo, bem como manifestar a espécie da moléstia, buscando que o mal viesse a ser expelido do corpo do paciente⁸⁴.

Ângelo Dourado foi esse médico que, em diferentes momentos e dependendo também das circunstâncias que sua agitada vida política permitia, manteve consultórios nas mais diversas localidades gaúchas, desde pequenas comunas até as maiores cidades, como no Rio Grande, em Bagé e em comunidades da fronteira e até além dela, quando teve de emigrar por suas convicções partidárias. No caso da *oftalmia virulenta*, Dourado revelava tanto a face do médico-cientista que buscava demarcar os elementos constitutivos da moléstia e registrá-los na forma de uma publicação, intentando também demonstrar a

⁸⁴ REVEL, Jacques ; PETER, Jean-Pierre. O corpo: o homem doente e sua história. In: LE GOFF, J.; NORA, P. (dir.). *História: novos objetos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p. 147-148.

superioridade da ciência sobre as crenças populares, como a do clínico que prestava assistência aos pacientes, no seu caso, independentemente do matiz social ao qual eles pertenciam.

Acostumado às agruras da guerra e às realidades dos rincões gaúchos, o médico-revolucionário-escritor identificava nas causas da *oftalmia virulenta* uma das facetas da pecuária rio-grandense, base econômica provincial/estadual, ligada às precárias condições de higiene que na época cercavam essa atividade. Saúde e doença transparecem com um pano de fundo social no livreto de Dourado, num cenário em que a moléstia normalmente estava ligada aos trabalhadores que, com menos ou mais posses, do peão ao açougueiro, tinham em suas funções sociais um mal iminente em potencial, ao qual, por razões de sobrevivência, não tinham condições de fugir. Fosse nessa breve e muito pouco conhecida publicação, fosse na sua mais famosa obra – *Voluntários do martírio* –, considerada quase como um clássico sobre a Revolução Federalista, as figuras do Ângelo Dourado político e do Ângelo Dourado médico mostravam-se indissociáveis, refletindo coerência discursiva na defesa de uma causa, na adoção de uma postura oposicionista em relação aos detentores de poder e na expressão de uma visão crítica acerca das mazelas sociais que atingiam o Rio Grande do Sul daquela época⁸⁵.

⁸⁵ Publicado originalmente em: *Biblos*. Rio Grande: Editora da FURG, 2010, v. 1, n. 1, p. 127-138.

Wenceslau Escobar e a oposição ao borgismo (1906-1923)

As peculiaridades do processo de transição monarquia-república no Rio Grande do Sul culminaram com a deflagração do mais grave conflito que marcou a instauração da nova forma de governo no país, a Revolução Federalista (1893-1895), que, por sua vez, estabeleceu profundas marcas na vida política riograndense, com “heranças” que perduraram intensamente pelo menos até a década de 1930. Nesse quadro, a produção bibliográfica que buscou abordar tal período teve como característica praticamente dominante o engajamento político-partidário.

A obra de Wenceslau Escobar se inseriu em tal contexto. Intimamente ligado aos federalistas, ele elaborou uma série de textos, que constituíram verdadeiros pronunciamentos políticos de oposição aos primeiros governantes republicanos do Rio Grande do Sul. Dentre seus escritos, os *Apontamentos para a História da Revolução Rio-Grandense de 1893*, narração dos acontecimentos político-militares da Revolução Federalista, segundo a versão dos rebeldes, é o mais conhecido, porém o autor produziu ainda uma série de

discursos, artigos e livros envolvendo a temática da formação republicana rio-grandense e brasileira.

O objetivo do presente trabalho consiste em identificar e analisar a postura oposicionista de Wenceslau Escobar ao governo Borges de Medeiros e ao aparelho castilhista-borgista, que permitiu a manutenção do Partido Republicano Rio-Grandense por três décadas no poder. De acordo com tal intento, foram abordados os escritos do autor entre 1906 – ano em que assumiu uma cadeira no parlamento brasileiro, defendendo o programa federalista – e 1923, momento no qual o acirramento dos confrontos políticos levaria à nova guerra civil e em que o discurso antiborgista de Escobar chegava ao ápice.

Do período em destaque, além do livro já citado, serão analisados: *Discursos parlamentares*, uma série de pronunciamentos realizados na Câmara dos Deputados, entre 1906 e 1908; *Unidade pátria*, escrito no intuito de promover a manutenção da “comunhão brasileira”, ao discutir questões como língua, raça, letras, tradições, costumes, direito, religião, viação e impostos; *30 Anos de ditadura rio-grandense*, libelo que historia a formação republicana rio-grandense-do-sul até 1922; e *Pela intervenção no Rio Grande*, contendo oito artigos e duas cartas abertas ao governador do Rio Grande do Sul, defendendo a renúncia deste e/ou a intervenção federal no Estado.

Wenceslau Escobar: a escritura a serviço da política

Wenceslau Pereira Escobar⁸⁶ era gaúcho de São Borja, onde nasceu a 8 de dezembro de 1857, vindo a falecer no Rio de Janeiro, a 14 de abril de 1938. Assim, como grande parte dos políticos rio-grandenses contemporâneos do autor, formou-se em Direito, no ano de 1880, na Faculdade de São Paulo. Dedicou-se à advocacia, sendo versado em Direito Constitucional, além do que foi Promotor Público e Juiz Municipal em sua cidade natal, atuando como Deputado Provincial, em 1881. Já na República, foi um seguidor do gasparismo, militando no Partido Federalista, pelo qual chegou a ser eleito deputado para o período entre 1906 e 1908.

Dedicou-se também ao jornalismo, tendo sido diretor da revista porto-alegrense *A Lei*, em 1892. Sua carreira de jornalista e escritor foi fortemente marcada por suas convicções políticas, tendo publicado ampla quantidade de artigos na imprensa e as obras: *O gabinete de 5 de Janeiro* (1880), *Cartas Abertas ao Senador Pinheiro Machado* (1904), *Unidade pátria* (1914), *Apontamentos para a*

⁸⁶ Os dados sobre Wenceslau Escobar foram elaborados a partir de: BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1902. v. 7. p. 345.; MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1978. V. 6. p. 212.; e VILLAS-BOAS, Pedro. *Notas de bibliografia sul-riograndense*. Porto Alegre: A Nação/IEL, 1974. p. 178.

História da Revolução Rio-Grandense de 1893 (1919), Réplica aos contraditores dos meus Apontamentos para a História da Revolução de 1893 (1921), 30 anos de ditadura rio-grandense (1922), Pela intervenção no Rio Grande – Renúncia do Dr. Borges de Medeiros (1923), Discursos Parlamentares – 1906-1908 (1926), Finanças e política – 1926-1929 (1930), Esboço da reforma da constituição (1931) e Decurso de uma vida (1937).

Ao escrever, Wenceslau Escobar não omitia suas tendências político-partidárias, buscando utilizar sua produção intelectual como uma resposta às versões entabuladas pelos adeptos do modelo castilhistaborgista, ou ainda como uma arma discursiva contra esses mesmos governantes. A respeito dos escritos elaborados sobre a Revolução Federalista, afirmou:

Até hoje só escreveram, mais largamente, sobre esta revolução, quando o calor das paixões estava longe de ser moderado ou extinto pelo tempo, partidários da legalidade, naturalmente interessados em desfigurarem e até encobrirem fatos repulsivos, de negregada memória, que se hão de agarrar às carnes da facção vencedora.⁸⁷

Escobar considerava que, ao escrever, estaria prestando um “inestimável serviço” de esclarecimento a sua pátria, ao deixar

⁸⁷ ESCOBAR, Wenceslau. *Apontamentos para a História da Revolução Rio-Grandense de 1893*. Brasília: Editora da UnB, 1983. p. 4.

REFLEXÕES OPOSIÇÃOISTAS SOBRE A REVOLUÇÃO FEDERALISTA E SUAS SEQUELAS

um testemunho que lego aos vindouros de um esforço em prol da paz da família rio-grandense, da verdade do regime federativo, que, no Rio Grande, com a cumplicidade dos poderes federais é, há 30 anos, uma sombra.⁸⁸

Segundo o escritor, suas obras serviriam para “mostrar quanto os governos rio-grandenses”, que se diziam republicanos, tinham “abastardado o caráter dos filhos dessa unidade da pátria”, para “desfazer a lenda de ser Borges de Medeiros o modelo do Presidente de Estado” e para “clamar contra o regime” que, a seu ver, tinha “deslustrado as tradições do nome rio-grandense”⁸⁹

Levando em conta os seus objetivos, Escobar caía em contradição na utilização dos conceitos isenção/imparcialidade, admitindo não ser possível praticar o primeiro, propondo-se, entretanto, a tratar os fatos de forma imparcial, característica que teria sido adquirida através do distanciamento cronológico com relação ao desencadeamento dos eventos, no caso, a guerra civil de 1893:

Não tenho a pretensão de escrever com absoluta isenção de ânimo: sou homem, tomei parte pelo coração e pelas ideias nessa lamentável luta fratricida. Procurei, no entanto, expor os fatos com a possível imparcialidade, limitando

⁸⁸ ESCOBAR, Wenceslau. *Pela intervenção no Rio Grande – Renúncia do Dr. Borges de Medeiros*. Rio de Janeiro: Canton & Beyer, 1923. p. 3.

⁸⁹ ESCOBAR, Wenceslau. *30 anos de ditadura rio-grandense*. Rio de Janeiro: Canton & Beyer, 1922. p. 3 p. iii e vii.

para isso, a meu favor, não só o quarto de século que já nos distancia desse cruento sucesso, senão também a madureza dos anos, poderoso calmante para ajuizarmos dos acontecimentos com menos paixão e mais justiça.⁹⁰

A “imparcialidade” do escritor ficava limitada a partir das convicções político-partidárias manifestadas em seus escritos, bastando para isso observar as reações que seus *Apontamentos* geraram, fazendo com que ele tivesse de elaborar “réplicas a seus contraditores”. Além disso, se o passar do tempo fosse o “poderoso calmante”, que eliminasse as parcialidades, o mesmo não se aplicaria a algumas das obras de Escobar, escritas ainda durante o calor das disputas.

Assim, “o autor não estava isento de paixão”, pois “seus olhos marejados de lágrimas pelos correligionários maragatos mortos não lhe permitiam ver as loucuras e infâmias cometidas também pelos revolucionários”, deixando-se “levar pela dicotomia do bem e do mal”⁹¹. Nessa linha, as obras de Wenceslau Escobar refletiam as características de uma produção acerca da transição na forma de governo elaborada naquele momento, em que “o distanciamento crítico em relação ao objeto” era “um aspecto praticamente ausente”, manifestando-se “a

⁹⁰ ESCOBAR, 1983, p. 4.

⁹¹ FLORES, Moacyr. *Historiografia da Revolução Federalista*. In: FLORES, Moacyr (org.). *1893-95: a Revolução dos Maragatos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993. p. 123.

REFLEXÕES OPOSIÇÃOISTAS SOBRE A REVOLUÇÃO FEDERALISTA E SUAS SEQUELAS

bipolarização política entre republicanos e federalistas em escritos e pronunciamentos⁹².

Nesse quadro, a perspectiva de Escobar sobre o processo histórico rio-grandense se alinhava a das tradicionais oposições do Estado que, impossibilitadas eleitoralmente e, de forma temporária, militarmente, buscavam minar, através do discurso, o status quo castilhista-borgista.

As críticas ao aparelho castilhista-borgista

A partir da proclamação da República, os republicanos rio-grandenses, através de sua liderança maior, Júlio de Castilhos, buscaram o controle político do Estado, para o qual foi montado um aparelho político-eleitoral, militar e constitucional que, moldado em ideias positivistas, garantiu a sua permanência no poder, principalmente a partir da vitória na Revolução Federalista. A base das práticas castilhistas consistia em um exclusivismo político que permitia àquele líder um predomínio incontestado no seio do Partido Republicano Rio-Grandense, assim como no alijamento total dos outros partidos do processo eleitoral. Dessa maneira, no Rio Grande do Sul, se estabeleceu uma forte oposição,

⁹² PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul: considerações historiográficas. In: ALVES, F. N. & TORRES, L. H. (orgs.). *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande: Editora da FURG, 1993. p. 69.

com níveis variáveis de organização e coesão, mas tendo como elo o combate ao castilhismo/borgismo. Sem possibilidades de sucesso no processo eleitoral e esgotadas militarmente, após a Revolução de 1893, restara a essas oposições o combate político-ideológico ao aparelho montado por Júlio de Castilhos e consolidado por seu sucessor e herdeiro, Borges de Medeiros.

A obra de Wenceslau Escobar caracterizou-se por essa combatividade política, com ataques veementes ao modelo castilhista/borgista, uma vez que, segundo ele, os ocupantes do poder, tanto em nível nacional quanto regional, haviam subvertido a essência do regime republicano.

Para Escobar, um dos pontos básicos que maculava as estruturas e o funcionamento da nova forma de governo era a quebra da harmonia entre os três poderes, com o predomínio do Executivo que, “exorbitando com frequência de suas atribuições” desacatava o Judiciário, menosprezava o Legislativo, e sobrepujava-se a todos os poderes, utilizando-se, “a seu bel prazer” dos dinheiros públicos⁹³. Segundo ele, essa distorção era ainda mais evidenciada na constituição do Rio Grande do Sul, na qual o Legislativo teria poderes quase que exclusivamente consultivos:

(...) é esta divisão perfeita, escrupulosa, que nega haver na constituição rio-grandense, porque ali o Poder Executivo é competente para legislar sobre justiça, instrução, força pública, terras devolutas,

⁹³ ESCOBAR, Wenceslau. *Unidade pátria*. Porto Alegre: Globo, 1914. p. 184.

REFLEXÕES OPOSIÇÃOISTAS SOBRE A REVOLUÇÃO FEDERALISTA E SUAS SEQUELAS

telégrafos e correios estaduais, matéria eleitoral, enfim (...) até a própria lei pela qual, em dada eventualidade, terá de ser responsabilizado.⁹⁴

Especialista em Direito Constitucional, Escobar utilizou seus conhecimentos para combater o principal arcabouço do predomínio republicano no Estado, a constituição, que garantia através de mecanismos político-eleitorais a perpetuidade do grupo situacionista no poder. Para ele, aquela carta não estava em harmonia com os princípios constitucionais da União, de modo que pregava a necessidade de uma revisão de princípios e reforma constitucional, chegando a pleitear, quando deputado, a formação de uma comissão que promovesse tal intento.

Nesse contexto, o autor acusava que desde a formulação do projeto constitucional rio-grandense, ele “não se tinha inspirado nos princípios democráticos e na verdade do regime federativo, mas na doutrina daqueles” que preconizavam “a ditadura como a melhor forma de governo”, e, enfim, dos que faziam “a apoteose dos governos dos Francias e dos Rosas”. Assim, para ele, a constituição rio-grandense não seria “absolutamente republicana”, trazendo consigo, isto sim, “uma ditadura mascarada de democracia” e “uma verdadeira excrescência no mecanismo constitucional da República”, uma vez que não chegava nem a garantir as “liberdades públicas”⁹⁵. Apontava ainda como inconcebíveis e inconstitucionais a nomeação do vice-

⁹⁴ ESCOBAR, Wenceslau. *Discursos parlamentares (1906-1908)*. Porto Alegre: Globo, 1926. p. 154.

⁹⁵ ESCOBAR, 1926, p. 4-5.

presidente pelo presidente, a inelegibilidade de não-rio-grandenses para o governo do Estado, a possibilidade da reeleição presidencial e a organização das eleições por parte do Executivo.

Escobar afirmava que a reforma da “constituição ditatorial do Rio Grande” fora uma das causas da Revolução de 1893 e que, “embora manifestadamente atentatória dos princípios constitucionais da União” ficara “intacta, amparada pela força material e moral do governo da República”, que sustentara aquela “máquina compressora das liberdades rio-grandenses”⁹⁶. Questionava ainda sobre o destino do país, se outras unidades da federação adotassem o modelo rio-grandense:

Se os outros estados, a exemplo do Rio Grande, se constituíssem tomando por base os princípios de uma monarquia eletiva, de uma teocracia, oligarquia, ou república aristocrática, a que ficaria reduzida a República Federativa do Brasil? A uma reunião híbrida de estados sem nexo que os ligasse entre si; deixaria de ser (...) uma associação de muitos estados debaixo do mesmo governo.⁹⁷

As ideias de Wenceslau Escobar estavam voltadas para o pensamento e as práticas do liberalismo, já que, militante do Partido Federalista, era herdeiro dos princípios gasparistas no que concerne à organização do Estado. Segundo o escritor, “o ponto fundamental a

⁹⁶ ESCOBAR, 1983, p. 340.

⁹⁷ ESCOBAR, 1926, p. 11.

REFLEXÕES OPOSICIONISTAS SOBRE A REVOLUÇÃO FEDERALISTA E SUAS SEQUELAS

modificar" na lei orgânica nacional era "a rigidez do regime presidencial", de modo que para isso seria necessário que os ministros atuassem "solidariamente responsáveis pelos atos do Poder Executivo, tanto políticos como administrativos". Defendia também a "eleição do Presidente da República pelo Congresso", ao considerar que, "a eleição presidencial por sufrágio direto do povo" seria "uma burla", visto que, "em povo de escassa cultura, a excelência desse princípio democrático" não poderia dar "resultado". De acordo com tal perspectiva, conjeturava que só o Congresso seria a "corporação ilustrada e a mais competente para conhecer os cidadãos na altura de ocuparem o posto de primeiro magistrado da nação"⁹⁸. Assim, de acordo com os ideais de Gaspar Silveira Martins, Escobar propunha a implantação de um sistema parlamentarista no país.

Em consonância com o pensamento liberal no qual se alinhava a maior parte dos grupos oposicionistas do Rio Grande do Sul, Escobar considerava que "o chefe de um Estado republicano" deveria "dirigi-lo com critério, prudência e patriotismo", devendo, "igualmente, ser o funcionário da mais alta confiança do povo"⁹⁹ e, quando não mais respeitasse esses princípios, deveria ser afastado por aqueles mesmos que o elegeram. De acordo com essas ideias, seria natural e completamente justificável seu combate ao que denominava de ditadura rio-grandense.

⁹⁸ ESCOBAR, 1914, p. 190-196.

⁹⁹ ESCOBAR, 1926, p. 9.

A oposição a Borges de Medeiros

Após o final da Revolução Federalista, com a consolidação do controle do Estado pelo Partido Republicano Rio-Grandense e a manutenção do aparelho autoritário em moldes positivistas, garantiu-se a continuidade no poder do modelo castilhista-borgista. As oposições permaneceram atuando, porém debilitadas, com níveis de articulação pouco razoáveis e sem chances político-eleitorais. Nesse quadro, os herdeiros do gasparismo continuaram reunidos no Partido Federalista e as diversas dissidências republicanas tentaram agrupar-se em novos partidos como, por exemplo, o Partido Republicano Liberal (1896) e o Partido Republicano Democrático (1908), ambos de vida efêmera.

Nesse contexto, Júlio de Castilhos continuou governando o Estado até 1898, quando passou o poder a seu herdeiro político Antônio Augusto Borges de Medeiros, que governou de forma praticamente ininterrupta até o final da década de 1920. As contestações a esse predomínio se davam basicamente nos períodos eleitorais, quando as oposições buscavam algum tipo de articulação, como foi o caso das eleições de 1907, em que disputaram Carlos Barbosa e Fernando Abbott, mas a aproximação das greis oposicionistas eram contingenciais e de curta duração.

Porém, com as eleições federais de 1922 e as estaduais de 1923, as posturas de Borges de Medeiros e a situação político-econômica do Estado alteraram esse quadro, dando vida nova aos opositores do borgismo, resultando na eclosão de uma nova luta civil, cujas

REFLEXÕES OPOSIÇÃOISTAS SOBRE A REVOLUÇÃO FEDERALISTA E SUAS SEQUELAS

consequências mudariam os rumos políticos do Rio Grande do Sul.

A análise político-administrativa do borgismo

Na visão de Wenceslau Escobar, o governo de Borges de Medeiros constituiu a continuidade administrativa daquele executado por Júlio de Castilhos, porém, com o acirramento das posturas autoritárias e de exclusivismo político:

Seu governo não dissentiu do de Castilhos, talvez mais aperfeiçoado pelas lições da experiência. O partidarismo foi, em todos os tempos, a sua máxima preocupação. Segundo a política de que se dizia sectário, “a obediência é a base do aperfeiçoamento: cega”, por isso, devia ser a chefia ou então excomunhão. Eis o evangelho de sua doutrina política. Prestígio e força política só uma: a sua.

Mirando este objetivo, tratou de aniquilar todos os chefes locais, cujas influências provinham da estima de seus concidadãos, sobretudo se lhes notava repugnância ao voto de obediência.¹⁰⁰

Escobar criticou constantemente o caráter “ditatorial” de Borges de Medeiros, alegando que “sob este aspecto, o governo” teria “cavado o túmulo das liberdades rio-grandenses”. Para o escritor, o governador “era o próprio feitor da lei, o próprio executor, parte interessada como partidário e o próprio

¹⁰⁰ ESCOBAR, 1922, p. 114-115.

juiz do pleito”, e, com ironia, afirmava que Borges de Medeiros “fazia, batizava e, superior em prerrogativas ao vigário da roça, também crismava”. Para corroborar com sua tese, chegou a citar um episódio que se tornou célebre sobre a atuação daquele governante, quando em uma audiência com um intendente do interior, o mesmo foi emitir sua opinião dizendo: “eu penso...”, ao que o governador retorquiu, afirmando: “você pensa que pensa, mas quem pensa sou eu e você executa”¹⁰¹. Nesse aspecto, atacou também os procedimentos de Borges de Medeiros quanto ao controle absoluto do funcionalismo público, tanto em matéria administrativa como política. Acusou ainda certa “vigilância” sobre os jornais oposicionistas, crimes políticos e a indicação de intendentes “inadequados” para os municípios, buscando embasar as acusações através de diversos exemplos.

O escritor analisou separadamente cada um dos mandatos que Borges de Medeiros tivera até então, estabelecendo apreciações negativas quanto à sua administração. Para ele, o governador não tomara as devidas providências para o desenvolvimento de diversos setores da estrutura socioeconômica riograndense, como saúde pública, educação, serviços públicos, comunicações (férrea, fluvial, portos e canais), barragens e colonização, além de não ter promovido nenhum incentivo à incipiente indústria. Para justificar tais opiniões, Escobar lançou mão de uma série de dados numéricos e exemplificações. Assim, a falta de um programa de investimentos econômicos, em nome da defesa dos cofres públicos, empregada a partir das

¹⁰¹ ESCOBAR, 1922, p. 128, 194-195 e 261.

REFLEXÕES OPOSIÇÃOISTAS SOBRE A REVOLUÇÃO FEDERALISTA E SUAS SEQUELAS

diretrizes borgistas e sintetizada na frase que “num grito da alma de plena satisfação, o senhor do Rio Grande” proclamava: “*nem déficit, nem empréstimo*”, levava, segundo Escobar, à ausência de “progresso”, considerando-a como uma “incongruência” e “uma heresia em matéria econômica”¹⁰².

Wenceslau Escobar chegou a reconhecer, até certo ponto, a probidade administrativa de Borges de Medeiros, não deixou, porém, de levantar algumas questões que, de certa maneira, colocavam dúvidas quanto aquele fator ser uma verdade absoluta, apontando uma aceitação ou envolvimento indireto do governador em episódios como na compra de um prédio, por alguns correligionários, para o próprio líder republicano, ou ainda na aquisição do prédio do jornal governista, *A Federação*, pelo Estado, assim como “subsídios” destinados ao mesmo periódico, a partir da utilização de verbas públicas, ou também o favorecimento de empregados públicos.

Defensor da ideia de uma intervenção federal no Rio Grande do Sul para eliminar a “ditadura” e reformar a constituição, Escobar considerava que essas atitudes deveriam ter sido tomadas ainda nos primórdios dos governos republicanos, e só não o foram por um “dissimulado respeito à autonomia estadual, mas em verdade obedecendo passageiras conveniências políticas”. Desse modo, de acordo com o escritor, ampliavam-se as dificuldades para promover “a extirpação do organismo constitucional da República” daquele “quisto rio-grandense”, que seria a “principal fonte do abatimento das energias cívicas desse povo”.

¹⁰² ESCOBAR, 1922, p. 159 e 207

Para ele, somente graças “à resistência heroica do Partido Federalista, o Estado gaúcho” ainda não estava “reduzido ao Paraguai dos tempos de Solano Lopes” ou “à Argentina dos tempos de Rosas”¹⁰³.

O princípio liberal do direito dos povos a se rebelarem contra seus governantes, também se fez presente na obra de Escobar, para quem, “a impossibilidade da vitória” matava “nas oposições o espírito de luta pelas urnas, embora, por outro modo, às vezes, se lhes acendia ‘na alma’”¹⁰⁴ a força para buscar a derrocada do borgismo; oportunidade a qual surgiria com a crise político-econômica do início dos anos 1920.

A crise dos anos 20 e a exigência de intervenção

As eleições de 1922 para a Presidência da República foram marcadas pelo confronto entre as oligarquias centrais (São Paulo e Minas Gerais) e as periféricas, representadas por Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, sendo disputadas por Artur Bernardes, candidato governista, representante do primeiro grupo e Nilo Peçanha, do segundo. A chapa oposicionista foi denominada de Reação Republicana e Borges de Medeiros teve papel decisivo em sua formação e atuação. Tal participação do Rio Grande do Sul na Reação Republicana traria profundas consequências à estruturação política estadual, tanto internamente quanto no relacionamento com o restante da federação, estabelecendo-se uma crise que adveio basicamente das próprias contradições do Partido

¹⁰³ ESCOBAR, 1922, p. 116-117.

¹⁰⁴ ESCOBAR, 1922, p. 201.

REFLEXÕES OPOSIÇÃOISTAS SOBRE A REVOLUÇÃO FEDERALISTA E SUAS SEQUELAS

Republicano Rio-Grandense, que passara a representar, em nível nacional, a oposição, enquanto que, regionalmente, era o partido de situação, condição politicamente insustentável¹⁰⁵.

Somada a essas contingências políticas, o Rio Grande do Sul, no período posterior à I Guerra Mundial, passava por uma grave crise econômica, frente a qual o grupo governante tornara-se incapaz de superar, pois “formulado e implantado no início do período republicano, o projeto castilhista/borgista não” tivera condições de acompanhar “o desenvolvimento das forças produtivas, sendo incapaz de resolver as questões colocadas para a área rio-grandense na década de 1920”¹⁰⁶.

A vitória nas eleições federais de 1922 coube ao candidato governista, situação que colocava em posição delicada os grupos oligárquicos representados na Reação Republicana, notadamente o governador do Rio Grande do Sul, um dos principais articuladores desse movimento oposicionista. Tal contingência agravou-se, com a deflagração da sedição militar de 1922, pois a jovem oficialidade, que apoiara a chapa de oposição, diante da derrota eleitoral, partiu para a rebelião armada. Nesse quadro, as oligarquias dissidentes passaram a buscar eximir-se de qualquer ligação ou responsabilidade no que tange aos revoltosos, buscando demarcar posição como defensoras da “ordem” e

¹⁰⁵ ALVES, Francisco das Neves. O PRR, a Reação Republicana e a Revolta Militar de 1922. In: *Revista Biblos*. Rio Grande: Editora da FURG, 1994, v. 6, p. 173-175.

¹⁰⁶ ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: as oposições e a Revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981. p. 97

intentando restabelecer a normalidade nas relações entre as unidades da federação. Essa “volta imediata do Partido Republicano Rio-Grandense à sua posição de membro da aliança que dominava o país” viria a revelar “o limite das possibilidades do partido em manter uma postura oposicionista”¹⁰⁷.

Dessa situação aproveitaram-se as oposições riograndenses, articulando-se em torno do nome de Assis Brasil, como adversário de Borges de Medeiros nas eleições estaduais, tendo em vista que elas apoiaram o candidato situacionista no pleito pela Presidência da República. Assim, já “que os inimigos políticos de Borges no Rio Grande haviam apoiado Bernardes contra Nilo Peçanha, eles confiavam em suas boas relações com o Presidente eleito na obtenção de apoio federal” e, caso fosse necessário, de uma intervenção¹⁰⁸. Porém, as novas relações não foram suficientes para promover a ruptura do aparelho governista, elegendo-se, mais uma vez, Borges de Medeiros para o governo do Estado. As oposições acusaram os “desvios” do processo eleitoral e buscaram meios políticos para evitar o novo mandato borgista, não obtendo, entretanto, esse objetivo, passaram à revolta armada, deflagrando-se a Revolução de 1923.

Diante desse contexto, Wenceslau Escobar acirrou suas críticas ao borgismo. Ao comentar a participação rio-grandense na Reação Republicana, ironizou a postura mais “liberal” do governador do Estado,

¹⁰⁷ PINTO, Céli Regina. *Positivismo: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre: L&PM, 1986. p. 79.

¹⁰⁸ LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975. p. 217.

REFLEXÕES OPOSIÇÃOISTAS SOBRE A REVOLUÇÃO FEDERALISTA E SUAS SEQUELAS

afirmando que “um dos fatos mais cômicos da vida pública do Dr. Borges de Medeiros” teria sido, na última campanha presidencial, apresentar-se como “paladino das verdadeiras normas republicanas”. Escobar também atacou a posição borgista de negar qualquer envolvimento com a Revolta de 1922, destacando que essa conduta só foi adotada devido à derrota de tal movimento, pois, para ele, se o mesmo triunfasse, Borges de Medeiros “se apresentaria na frente, como *o primus inter pares*, para colher os louros, como o magnate dessa triste aventura”, fazendo descer o país “no conceito das nações civilizadas”. A partir desses episódios, o escritor enfatizava que o governo borgista vinha sendo “o mais deletério do caráter rio-grandense” e “o que mais o tem corrompido e abatido”¹⁰⁹.

Sobre as eleições estaduais de 1923, Escobar dizia não compreender “que o primeiro magistrado de um Estado, para se fazer reeleger, lançasse mão dos mais desbragados e violentos meios de compressão, dos inesgotáveis recursos a seu dispor” e “dos variados processos da chicana eleitoral para obstar o exercício do voto” e acreditava que “em matéria eleitoral, nunca o país” presenciara “maior desmoralização” e “mais infrene bacanal”. Ele enumerava os “desvios” eleitorais praticados pelo borgismo, como o voto de analfabetos, menores, ausentes, defuntos, argentinos e uruguaios, nas cidades de fronteira, além de turmas de trabalhadores de estradas-de-ferro, transportados às custas do Estado e que votavam em diversos municípios. Acusava também a realização das eleições na presença de força armada, a não admissão de fiscais da oposição em várias mesas e

¹⁰⁹ ESCOBAR, 1922, p. 275, 281 e 303.

os “bárbaros assassinatos” praticados em certas localidades. Wenceslau Escobar ainda afirmou que, apesar de todas essas irregularidades, o governador não havia conseguido atingir o índice de $\frac{3}{4}$ dos votos para garantir sua reeleição, sendo então necessário manipular os resultados, através de uma espécie de alquimia eleitoral, praticada pela Assembleia, em uma comissão “nomeada para esse fim, naturalmente por sugestões do Dr. Borges de Medeiros”¹¹⁰.

Sustentando sua postura oposicionista, Escobar definiu a candidatura de Assis Brasil, como a de “um republicano de talento, saber e incontestável valor moral, que provocou intensa vibração de entusiasmo em todas as almas sinceramente democráticas”, destacando que o mesmo só fora derrotado a partir da comissão eleitoral, tendo as forças governistas de “socorrer-se de todas” as “portas falsas abertas à fraude contra a livre manifestação da soberania popular”¹¹¹.

Diante dessas circunstâncias, o escritor federalista passava a defender insistente a intervenção federal no Rio Grande do Sul, visto que:

Nenhuma consciência reta, nenhum espírito rudimentar iluminado por mediano critério pode negar (...) a justiça da intervenção federal no Estado em que seu próprio governo oprime as liberdades públicas tolha ao povo ou aos adversários, a faculdade de livremente escolherem seus mandatários privando-lhes do

¹¹⁰ ESCOBAR, 1922, p. 5 e 11.

¹¹¹ ESCOBAR, 1922, p. 9.

REFLEXÕES OPOSIÇÃOISTAS SOBRE A REVOLUÇÃO FEDERALISTA E SUAS SEQUELAS

direito de voto, a base fundamental de todos os governos representativos.¹¹²

Escobar chegou a publicar cartas abertas ao governador Borges de Medeiros, conclamando-o, em nome da “pacificação” do Estado, a renunciar. Em uma delas dizia:

Se tendes amor à nossa terra, se colocais seu bem estar e progresso acima de vossa pessoa e partido, que dizeis não querer trair, não deveis vacilar um momento em abrir mão do cargo que indevidamente ocupais e no qual vos quereis perpetuar, [sendo] a origem de todas essas desgraças.¹¹³

Wenceslau Escobar definiu a Guerra Civil de 1923 como “a revolução que está na grande maioria das almas da população rio-grandense” e que dominava “não pequena parte do Estado”, sendo promovida por “homens dispostos à luta pela conquista de um regime livre, verdadeiramente republicano”, o qual viria sendo “mascarado há mais de 20 anos por ferrenha ditadura”¹¹⁴.

Com a eclosão da revolta, Escobar encontraria ainda maiores justificativas para a intervenção federal no Estado, chegando a embasar suas argumentações com os pareceres de diversos juristas sobre a legalidade daquela atitude. Para ele, a intervenção além de justificável era profundamente necessária para o restabelecimento da

¹¹² ESCOBAR, 1922, p. 7.

¹¹³ ESCOBAR, 1922, p. 23.

¹¹⁴ ESCOBAR, 1922, p. 35.

“ordem” no Rio Grande do Sul, chegando até a imputar certa culpabilidade ao governo federal pela continuidade do movimento:

Não fosse o distinto Presidente da República iludido por sua boa e louvável intenção, e não estaríamos, hoje, vendo talados os campos do próspero Estado sulino. Nunca é tarde para fazer o bem, evitando a continuação do mal. (...).

Por que então não intervir desde já para por um paradeiro a tanta desgraça? (...)

O governo federal deve intervir para manter a autoridade nacional, manter a ordem, manter a tranquilidade, assegurar a execução das leis e a eficácia dos direitos; deve intervir por direito próprio, independente de qualquer solicitação [para] regularizar situações abusivas existentes em proveito de grupos governantes e de situações eternizadas nos estados.¹¹⁵

As críticas de Escobar ao borgismo estenderam-se às atitudes do governador para debelar a revolta, considerando-as ilícitas e inconstitucionais, como as práticas de requisições e recrutamentos forçados, além da utilização de contingentes estrangeiros, que estariam “invadindo”, sob as ordens do grupo governista, o território nacional para combater os rebeldes. Ele acusava Borges de Medeiros de estar contribuindo com o prolongamento da rebelião devido a suas ambições pessoais, defendendo que o governador preferia a continuidade da guerra a perder o poder, fator que viria mais uma vez a justificar a intervenção:

¹¹⁵ ESCOBAR, 1922, p. 32, 37 e 79.

REFLEXÕES OPOSIÇÃOISTAS SOBRE A REVOLUÇÃO FEDERALISTA E SUAS SEQUELAS

(...) conhecendo-se a sua incontida ambição e caprichoso feitio, sem intervenção, a atual guerra civil pode prolongar-se por largo tempo.

Embora, mesmo, reconheça a impossibilidade de vencer, a ideia da entrega do governo ao interventor [o faz] recuar, aterrado desse pedido, causando-lhe mais temeroso pavor que o pensamento de arrasar o Estado e alagá-lo em ondas de sangue e lágrimas.¹¹⁶

Assim, Wenceslau Escobar considerava que somente com o final do borgismo, o Rio Grande do Sul superaria “uma época de vergonhosa bastardia política, de completa subversão dos sentimentos patrióticos ou de um incondicionalismo igual aquele que endeusou Nero”, no momento em que “abriu o ventre materno para ver o lugar onde se gerou”¹¹⁷. Nesse quadro, a atuação político-militar das oposições durante a Revolução de 1923, somada à pregação ideológica de seus arautos, dentre os quais estava incluído Wenceslau Escobar, levaram a importantes passos em direção à derrocada final do poderio borgista.

Considerações finais

A obra de Wenceslau Escobar exprime as vivências, práticas e posturas das oposições riograndenses durante a República Velha. Alijadas do processo eleitoral, restava-lhes ou o penoso caminho das

¹¹⁶ ESCOBAR, 1922, p. 43.

¹¹⁷ ESCOBAR, 1922, p. 84.

armas, de certa forma desgastado com a derrota no movimento de 1893-1895, ou a pregação político-ideológica através de livros e jornais. Dessa forma, Escobar buscou combater a visão predominante, republicana/governista, e mostrar a versão dos rebeldes quanto à Revolução Federalista e todas as sequelas a partir dela estabelecidas. Partidário dos federalistas/gasparistas e defensor do ideário liberal, o autor dedicou seus escritos a criticar a “ditadura positivista” e ao aparelho castilhista-borgista criado para mantê-la.

Ao escrever, Escobar estabelece uma narração opinativa na qual a apreensão e a abordagem do objeto ocorrem de forma subjetiva e parcial, uma vez que o autor escolhe os “episódios” que quer ressaltar, de acordo com suas conveniências e utiliza-os de forma a corroborar suas opiniões. No momento em que tem por escopo deixar ensinamentos para as “gerações futuras”, ele busca registrar os acontecimentos, praticando, no entanto, uma narração pragmática, voltada a suas convicções político-partidárias.

Na realização de uma obra combativa, apontando as falhas e contradições do modelo castilhista-borgista, Wenceslau Escobar permitiu a identificação do papel das oposições rio-grandenses na busca da desagregação desse mesmo sistema, bem como o significado dos conflitos produzidos nos primeiros anos do Rio Grande do Sul republicano que, não sendo exclusivamente político-militares, constituíram-se também em verdadeiros confrontos pelo discurso¹¹⁸.

¹¹⁸ Publicado originalmente em: *Revista Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: PUCRS, 1995, v. 21, n. 2, p. 91-106.



COLEÇÃO RIO-GRANDENSE

A Cátedra CIPSH (Conseil International de la Philosophie et des Sciences Humaines/UNESCO) de Estudos Globais da Universidade Aberta e a Biblioteca Rio-Grandense reuniram esforços para editar a *Coleção Rio-Grandense*. Mais meridional unidade político-administrativa brasileira, o Rio Grande do Sul, tem uma formação prenhe em peculiaridades em relação às demais regiões do Brasil, estabelecendo-se uma sociedade original em vários de seus fundamentos. Da época colonial à contemporaneidade, a terra e a gente sul-rio-grandense foram edificadas a partir da indelével posição fronteiriça, resultando em verdadeira amálgama entre os condicionantes luso-brasileiros e platinos. A *Coleção Rio-Grandense* tem por intento fundamental a divulgação da produção intelectual acerca de variadas temáticas versando sobre o Rio Grande do Sul, com preferência para as abordagens de natureza cultural, histórica e literária.



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt
2020-2025

Cátedra CIPSH
de Estudos Globais
2020-2025



BIBLIOTECA
RIO-GRANDENSE



9 786553 060753

ISBN: 978-65-5306-075-3